

PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO DA ICM-TRANS, TRANSPORTES DE MERCADORIAS, LDA

CARTA DE PROMULGAÇÃO

Índice

Índice

i

PARTE 1 - Enquadramento Geral do Plano

1

1.	Introdução	1
2.	Âmbito de Aplicação	8
3.	Objetivos	9
3.1	Objetivos gerais	9
3.2	Objetivos específicos	10
4.	Enquadramento Legal	11
5.	Antecedentes do Processo de Planeamento	12
6.	Articulação com outros instrumentos de planeamento	12
7.	Ativação do Plano	13
7.1	Competência para a ativação do plano	13
7.2	Critérios para a ativação do plano	14
8.	Programa de Exercícios	15

PARTE 2 - Organização da Resposta

16

1.	Execução do Plano	16
2.	Organização	20
2.1	Estrutura em situação normal	20
2.2	Estrutura em situação de emergência	24
2.3	Estruturas de direção, coordenação e comando	33
2.4	Organização do Sistema de Gestão das Operações	37
2.5	Configuração do sistema de gestão de operações	37
2.6	Zona de intervenção	38
3.	Atuação de Agentes, Organismos e Entidades	44
3.1	ICM-TRANS	44
3.2	Missão das estruturas autárquicas	50
3.3	Missão dos agentes de proteção civil	53
3.4	Missão dos organismos e entidades de apoio	62

PARTE 3 - Áreas de Intervenção

66

1.	Administração de Meios e Recursos	66
2.	Logística	68
3.	Comunicações	82
4.	Gestão da Informação de Emergência	91
4.1	Informação de apoio às operações	91
4.2	Informação ao público	93
4.3	Instruções de coordenação	97
5.	Procedimentos de Evacuação	98
6.	Manutenção da Ordem Pública	104
7.	Serviços Médicos e Transporte de Vítimas	105
8.	Socorro e Salvamento	110
9.	Serviços Mortuários	114

PARTE 4 - Informação Complementar

119

Secção I	119
1. Mecanismos da Estrutura de Proteção Civil	119
1.1 Comissão Municipal de Proteção Civil	119

1.2	Ativação do PEET e declaração da situação de alerta	120
1.3	Sistema de monitorização, alerta e aviso	124
SECÇÃO II.....		142
1.	Caracterização do Estabelecimento	142
2.	Caracterização da Envolvente.....	155
2.1	Caracterização Física	155
2.2	Caracterização demográfica	171
2.3	Caracterização das infraestruturas	183
3.	Caracterização do Risco	191
3.1	Identificação e caracterização de perigos	191
3.2	Medidas de Prevenção e de Mitigação	271
4.	Cartografia	283
Secção III		284
1.	Inventário de Meios e Recursos	284
5.	Lista de Contactos.....	286
6.	Modelos de Comunicados	289
7.	Lista de Controlo de Atualização do Plano	292
8.	Lista de Registo de Exercícios do Plano	293
9.	Lista de Distribuição do Plano.....	294
10.	Bibliografia	295
11.	Glossário.....	298
11.1	Definições	298
11.2	Glossário de Acrónimos	304

Anexos

- A -
 - Carta topográfica localização instalações da ICM-TRANS, vias de acesso (escala 1:25.000)
 - Planta de implantação do estabelecimento da ICM-TRANS (escala 1:10.000)
 - Carta identificação de pontos sensíveis num raio de 2Km da ICM-TRANS (escala 1:10.000)
 - Planta do edificado
 - Planta de evacuação
 - Localização Infraestruturas
 - Rede de incêndios
 - Rede de sprinklers
 - Instalação elétrica
 - Rede de terras
 - Rede de esgotos
 - Rede de ventilação e desenfumagem
 - Bacia de retenção
- B.
 - Cartas topográficas com pontos de acesso à Zona de Sinistro.
 - Cartas topográficas com pontos de corte de estradas.
- C.
 - Fichas de segurança dos produtos armazenados
 - Especificações técnicas dos meios de intervenção da ICM-TRANS
- D.
 - Itinerários e Pontos de Concentração.
 - Mapas dos cenários, distâncias a que se fazem sentir os efeitos da nuvem de gases tóxicos provocada por um incêndio nas áreas de armazenagem e SGO.

Figuras

- Figura 1 Acute Exposure Guideline Levels (AEGLs)
- Figura 2 Estrutura do SMPC em situação normal
- Figura 3 Estrutura de comando e controlo em situação de emergência antes da ativação do PEET
- Figura 4 Estrutura de comando e controlo em situação de emergência após a ativação do PEET
- Figura 5 Estrutura do PCMun
- Figura 6 Constituição do PCOC
- Figura 7 Estruturas de direção, coordenação e comando
- Figura 8 Setorização do TO
- Figura 9 Organização de segurança da ICM-TRANS
- Figura 10 Organização da logística
- Figura 11 Triagem, evacuação e encaminhamento da população deslocada
- Figura 12 Organização da ZCAP
- Figura 13 Comunicações
- Figura 14 Diagrama das redes de comunicações
- Figura 15 Organização da gestão da informação
- Figura 16 Sinais sonoros de aviso
- Figura 17 Organização da Evacuação
- Figura 18 Serviços médicos e transporte de vítimas
- Figura 19 Socorro e salvamento
- Figura 20 Serviços mortuários
- Figura 21 Níveis de alerta
- Figura 22 Plano Prévio de Intervenção
- Figura 23 Armazenagem de produtos - esquema das estantes
- Figura 24 Layout de implantação das estantes
- Figura 25 Proteções das estantes
- Figura 26 Planta das áreas de armazenagem
- Figura 27 Esquema da posição das caixas de retenção
- Figura 28 Caixas exteriores de retenção/escoamento com união storz
- Figura 29 Bacia de retenção exterior
- Figura 30 Vista lateral da bacia de retenção exterior
- Figura 31 Matriz de risco - grau de risco

Mapas

- Mapa 1 Localização geográfica das ZCAP
- Mapa 2 Localização geográfica dos pontos de concentração pré-planeados
- Mapa 3 Delimitação do armazém no complexo Silvip e envolvente

Mapa 4	Mapa hipsométrico do Concelho de Sintra
Mapa 5	Orografia e curvas de nível
Mapa 6	Concelhos e Freguesias abrangidas no pior cenário
Mapa 7	Isolinhas Cenário A
Mapa 8	Isolinhas Cenário A1
Mapa 9	Isolinhas Cenário A2
Mapa 10	Isolinhas Cenário B
Mapa 11	Isolinhas Cenário B1
Mapa 12	Isolinhas Cenário B2
Mapa 13	Isolinhas Cenário C
Mapa 14	Isolinhas Cenário C1
Mapa 15	Isolinhas Cenário C2
Mapa 16	Isolinhas Cenário D
Mapa 17	Isolinhas Cenário D1
Mapa 18	Isolinhas Cenário D2

Quadros

Quadro 1	Configuração do PCMun
Quadro 2	Cenários A, E e F - distâncias AEGL
Quadro 3	Cenário B - distâncias AEGL
Quadro 4	Cenário C - distâncias AEGL
Quadro 5	Cenário D - distâncias AEGL
Quadro 6	Zonas de Concentração e Apoio às Populações
Quadro 7	Itinerários de evacuação e Pontos de Concentração
Quadro 8	Postos médicos avançados
Quadro 9	Zonas de reunião de mortos e necrotério provisório
Quadro 10	Plano de Alarme da ICM-TRANS
Quadro 11	Plano de aviso das empresas envolvidas
Quadro 12	Equipa de intervenção da ICM-TRANS
Quadro 13	População Rio de Mouro
Quadro 14	Consequências em Rio de Mouro cenários sismos afastado e próximo
Quadro 15	Frequência e intensidade do vento (dados da Base Aérea n.º 1 de 1980-2010)
Quadro 16	Rumos de vento máximo - período 1980-2010
Quadro 17	Rumos de vento máximo instantâneo - período 1980-2010

Quadro 18	Vento predominante - período 1980-2010
Quadro 19	Intensidade máxima do vento predominante e máximo - período 1980-2010
Quadro 20	Tempo significativo - período 1980-2010
Quadro 21	Precipitação 1980-2010
Quadro 22	Valores mensais da temperatura média, média das máximas, média das mínimas, máxima absoluta e mínima absoluta no concelho de Sintra (1980-2010)
Quadro 23	Uso e ocupação do solo da freguesia de Rio de Mouro
Quadro 24	Freguesias englobadas nos círculos dos efeitos dos produtos tóxicos pior cenário (C2)
Quadro 25	População residente por freguesia (censos 2011)
Quadro 26	População residente segundo grupos etários e sexo
Quadro 27	População presente por local de residência
Quadro 28	Total população e ensino freguesias
Quadro 29	Alojamentos familiares
Quadro 30	Tipo de dificuldade da população residente
Quadro 31	N.º de famílias clássicas por local de residência e dimensão
Quadro 32	Famílias clássicas por local de residência e dimensão em %
Quadro 33	Juntas de Freguesia
Quadro 34	Corpos de Bombeiros
Quadro 35	Esquadras da PSP e Postos da GNR
Quadro 36	Unidades de Saúde
Quadro 37	Estabelecimentos de ensino localizados nas freguesias
Quadro 38	Substâncias perigosas presentes no estabelecimento
Quadro 39	Cenários
Quadro 40	Cenário A severidade dos efeitos sobre a população, instalações e ambiente e avaliação dos efeitos perigosos
Quadro 41	Cenário A1 severidade dos efeitos sobre a população, instalações e ambiente e avaliação dos efeitos perigosos
Quadro 42	Cenário A2 severidade dos efeitos sobre a população, instalações e ambiente e avaliação dos efeitos perigosos
Quadro 43	Cenário B severidade dos efeitos sobre a população, instalações e ambiente e avaliação dos efeitos perigosos
Quadro 44	Cenário B1 severidade dos efeitos sobre a população, instalações e ambiente e avaliação dos efeitos perigosos
Quadro 45	Cenário B2 severidade dos efeitos sobre a população, instalações e ambiente e avaliação dos efeitos perigosos
Quadro 46	Análise Cenários, efeitos produzidos e distância
Quadro 47	Cenário A medidas de prevenção e de mitigação
Quadro 48	Cenário A1 medidas de prevenção e de mitigação
Quadro 49	Cenário A2 medidas de prevenção e de mitigação

Quadro 50	Cenário B medidas de prevenção e de mitigação
Quadro 51	Cenário B1 medidas de prevenção e de mitigação
Quadro 52	Cenário B2 medidas de prevenção e de mitigação

Gráficos

Gráfico 1	Precipitação mensal no concelho de Sintra (1980-2010)
Gráfico 2	Valores mensais da temperatura média, média das máximas, média das mínimas, máxima absoluta e mínima absoluta no concelho de Sintra (1980-2010)
Gráfico 3	Humidade relativa mensal no concelho de Sintra às 9h e 15h/18h (1980-2010)
Gráfico 4	Insolação
Gráfico 5	Densidade populacional por freguesia
Gráfico 6	População residente por freguesia segundo grupos etários
Gráfico 7	Ensino em % das freguesias
Gráfico 8	Grau de ensino em % no total das freguesias

PARTE 3 - Áreas de Intervenção

1. Administração de Meios e Recursos

A entidade coordenadora é a CMPC através da CMS.

Entidades Intervenientes	Entidades de Apoio Eventual
Juntas de Freguesia Agentes de proteção civil Organismos e entidades de apoio	Fornecedores públicos ou privados de recursos, designadamente equipamentos e outros bens materiais necessários.

Prioridades de ação

- Garantir a disponibilidade e prontidão dos meios e recursos necessários para o cumprimento da missão e assegurar a sua utilização racional e eficiente;
- Assegurar as atividades de gestão administrativa e financeira, inerentes à mobilização, requisição e utilização dos meios e recursos necessários à intervenção;
- Quando necessário, promover e supervisionar as negociações contratuais;
- Gerir e controlar os tempos de utilização de meios e recursos;
- Eventualmente, gerir os processos dos seguros.

Os procedimentos, instruções de coordenação das atividades de gestão administrativa e gestão financeira, eventuais negociações contratuais e processos de seguros, para assegurar a mobilização, requisição, utilização e a permanente disponibilidade de meios e recursos para apoiar o PEET no concelho de Sintra, são propostos pelo SMPC e aprovados pelo PCMS.

As necessidades de meios e recursos decorrentes de uma emergência na ICM-TRANS, serão analisadas pela CMPC, sendo os contactos com os fornecedores de equipamentos, materiais e artigos necessários ao apoio e sustentação das operações, efetuados pelos órgãos competentes da CMS, mediante despacho do seu Presidente, desenvolvendo-se o processo de acordo com os trâmites legais vigentes. A responsabilidade pela gestão global, nomeadamente financeira e de custos, tempos de utilização dos meios e equipamentos e a supervisão das negociações contratuais cabe à CMS, que fornece à ICM-TRANS toda a documentação justificativa quando haja lugar para ressarcimento.

a. Prioridade dos meios e recursos

Os meios e recursos utilizados para prevenir ou enfrentar os riscos de acidente ou catástrofe nas instalações da ICM-TRANS são os previstos no Plano de Emergência Interno do operador e neste PEET. No que respeita a este último, é dada prioridade à utilização de meios e recursos públicos sobre a utilização de meios e recursos privados.

A utilização de meios e recursos é determinada segundo critérios de proximidade, de disponibilidade, urgência e custo.

b. Estrutura de coordenação

(1) Gestão de recursos materiais

Os meios e recursos pertencentes aos APC e aos organismos de apoio são atribuídos pela CMPC ao COM que os atribuirá ao COS de acordo com os pedidos efetuados.

O PCMun e o PCOC asseguram a gestão dos meios e recursos de acordo com as diretivas e instruções emanadas, respetivamente, pelo COM e pelo COS.

Os pedidos de meios e recursos a nível municipal são efetuados através da linha de comando, ou seja, COS, COM, CMPC.

(2) Gestão de Recursos Humanos

Na mobilização dos recursos humanos dos APC aplica-se o disposto no artigo 25º da Lei de Bases de Proteção Civil.

O PCMun e o PCOC são guarnecidos e geridos com os efetivos do SMPC, da CMS e dos APC locais identificados, sendo a sua qualificação e manutenção da qualificação uma responsabilidade do SMPC.

As organizações do DIR empenhadas na operação deverão acautelar os períodos de descanso e rotatividade dos recursos humanos atribuídos, devendo ser observados os critérios e normas de segurança.

(3) Gestão de Recursos Financeiros

A gestão financeira e de custos é assegurada pela CMS, através do departamento de administração finanças e património (DFP). Este departamento é responsável por:

- (a) Estabelecer os contactos com entidades fornecedoras;
- (b) Preparar os documentos de despesa e de custos a fim de serem enviados ao operador para ressarcimento.

As despesas realizadas durante as fases de emergência e de reabilitação, designadamente com combustíveis, lubrificantes, manutenção e reparação de material, transportes, alimentação, material sanitário, equipamento de engenharia, etc, são da responsabilidade dos serviços, APC e demais entidades intervenientes. Qualquer entidade requisitante será responsável pelo ressarcimento das despesas inerentes, exceto quando existir despacho contrário da CMPC.

O pessoal dos serviços, agentes e entidades constantes neste plano, mesmo que requisitado, continua a ser remunerado pelos organismos a que pertencem, nunca podendo ser prejudicado nos seus direitos.

2. Logística

A entidade coordenadora é a CMPC.

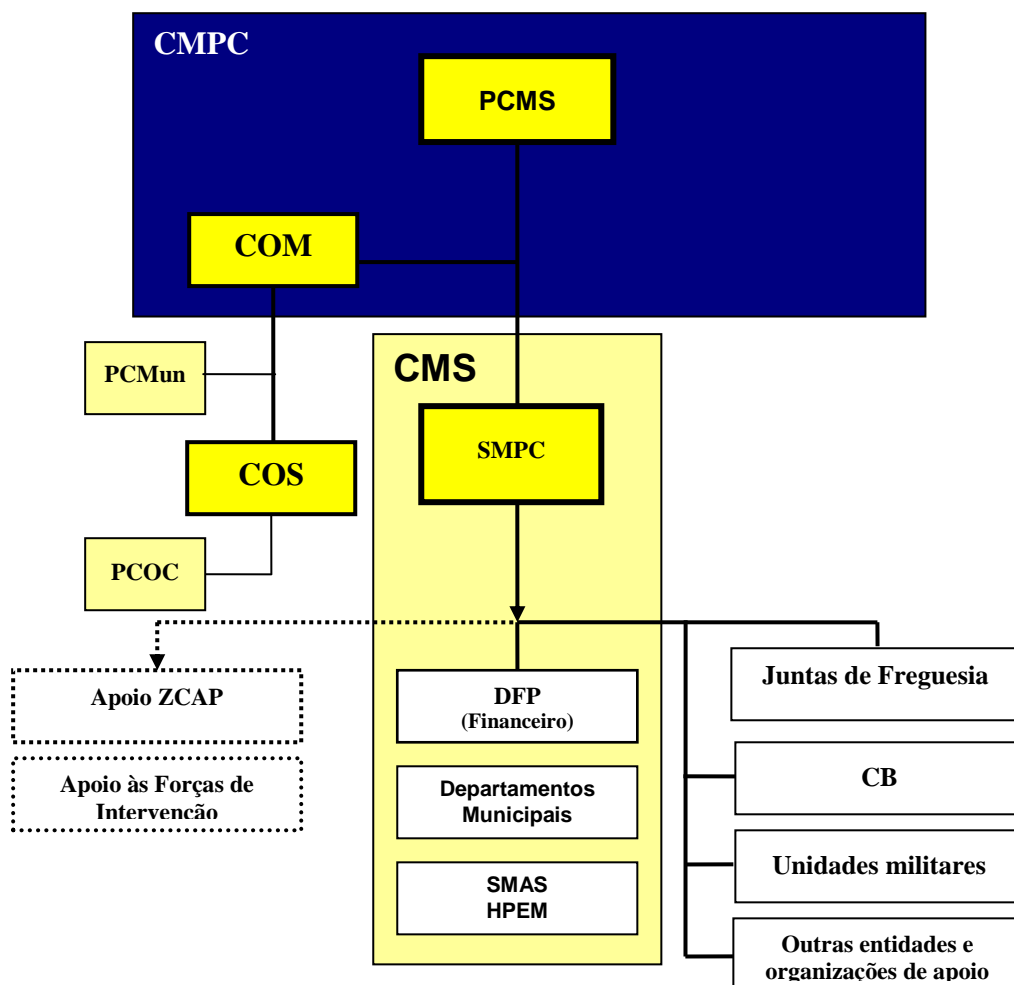
Entidades Intervenientes	Entidades de Apoio Eventual
Câmara Municipal de Sintra Juntas de Freguesia Corpos de Bombeiros Serviço Sub-Regional da Segurança Social de Sintra SMAS HPEM	Empresas e organizações locais Unidades Militares das Forças Armadas Forças de Segurança INEM ACES Sintra UECVP Amadora Sintra CMS-DSI Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários do concelho de Sintra

O apoio logístico visa assegurar a sustentação das operações, satisfazer as necessidades logísticas das forças de intervenção e apoiar as populações afetadas pela ocorrência.

a. Prioridades de ação

- Assegurar as necessidades logísticas das forças de intervenção;
- Assegurar o apoio aos deslocados nos PC, ZAP e ZCAP;
- Apoiar as entidades responsáveis na reabilitação dos serviços essenciais.

b. Organização



CB - Corpo de Bombeiros

CMPC - Comissão Municipal de Proteção Civil

CMS - Câmara Municipal de Sintra

COM - Comandante Operacional Municipal

COS - Comandante de Operações e Socorro

DFP - Departamento de Administração Finanças e Património

HPEM - Empresa Municipal de Higiene Pública

PCMS - Presidente da Câmara Municipal de Sintra

PCMun - Posto de Comando Municipal

PCOC - Posto de Comando Operacional Conjunto

SMAS - Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento

SMPC - Serviço Municipal de Proteção Civil

ZCAP - Zonas de Concentração e Apoio às Populações -

Fig.10- Organização da logística

c. Responsabilidades

(1). PCMun

- Analisar e preparar, para o COM, os pedidos de apoio logístico a fim de serem submetidos à CMPC para aprovação, aquisição e fornecimento;
- Assegurar que os bens e recursos logísticos adquiridos são entregues aos destinatários com celeridade e em conformidade com as especificações.

(2). PCOC

- Preparar e encaminhar os pedidos logísticos do COS para o PCMun a fim de serem analisados e fornecidos;
- Confirmar que a entrega dos bens e recursos foi efetuada nos prazos e em conformidade com as especificações;
- Assegurar que a documentação logística foi processada e enviada ao SMPC de acordo com os procedimentos instituídos.

(3). CMS

Responsável por executar as ordens do PCMS.

(a) SMPC

Antes de qualquer ocorrência, o SMPC é responsável pelos seguintes processos:

- Coordenar as atividades de administração e logística;
- Manter atualizada a base de dados de meios e recursos;
- Quando necessário, efetuar protocolos de utilização com as entidades apoiantes externas;
- Em coordenação com os órgãos responsáveis da CMS, estabelecer os procedimentos para a requisição das necessidades logísticas.

Durante uma ocorrência, o SMPC é responsável pelas seguintes atividades:

- Analisar e processar os pedidos logísticos;
- Apoiar o COM na preparação das requisições de bens e serviços para apoio às operações a fim de serem submetidas à CMPC.

(b) Departamento de Administração, Finanças e Património (DFP) e Gabinete de Contratação Pública (GCP)

- Estabelecer os contactos com entidades fornecedoras;
- Proceder à aquisição dos bens e serviços;

- Preparar os documentos de despesa e de custos a fim de serem enviados ao operador para ressarcimento.
- (c) Departamento de Obras Municipais e Gestão do Espaço Público (DGP)
- Apoiar, a pedido, as operações com os transportes e meios disponíveis;
 - Fornecer os equipamentos e artigos essenciais às ações de administração e logística de acordo com as disponibilidades;
- (4). Unidades militares
- Se necessário, a pedido da CMPC:
- Apoiar a operação com pessoal, transportes e equipamento;
 - Apoiar as populações evacuadas em alojamento e alimentação de acordo com as disponibilidades.
- (5). SMAS
- A pedido da CMPC:
- Coordenar e proceder à distribuição de água às populações e APC;
 - Coordenar e proceder ao tratamento de águas residuais;
 - Disponibilizar um piquete permanente para intervenção urgente.
- (6). HPEM
- A pedido da CMPC:
- Executar as ações necessárias para repor a normalidade nas áreas indicadas;
 - Disponibilizar um piquete permanente para intervenção urgente.
- (7). Juntas de Freguesia
- Constituir e coordenar postos locais de recenseamento de voluntários;
 - Coordenar e diligenciar o fornecimento de ajuda e necessidades básicas às populações eventualmente deslocadas, nomeadamente em alimentação, higiene, assistência sanitária, apoio psicológico e alojamento provisório.

(8). Forças de Segurança

- Orientar o encaminhamento do fornecimento dos bens e recursos logísticos para os destinatários;
- Garantir a segurança de bens e instalações pertencentes aos deslocados;
- Apoiar a segurança social nos PC, ZAP e ZCAP.

(9). Outras entidades e organizações

- Colocar os meios próprios à disposição da CMPC para apoiar as ações de administração e logística.

d. Apoio logístico às forças de intervenção

O apoio logístico às forças de intervenção é coordenado entre o COS e o COM através dos órgãos de comando e controlo que os apoiam: o PCOC e o PCMun. As necessidades de apoio logístico são apresentadas pelo COM à CMPC que diligencia a sua disponibilização com base em critérios de urgência e indispensabilidade. A distribuição é efetuada pelos processos mais expeditos e entregue nos locais definidos previamente entre o PCOC e o PCMun.

A satisfação genérica das necessidades logísticas iniciais do pessoal envolvido está a cargo dos próprios APC, organismos e entidades de apoio.

O material sanitário e demais artigos necessários às operações serão distribuídos a pedido do COS nos locais definidos pelo PCOC.

e. Apoio logístico às populações

As ações relacionadas com o abrigo e assistência às populações, nomeadamente as evacuadas para as ZCAP, quanto a alimentação, bem-estar e agasalhos são asseguradas pelas organizações anteriormente descritas, assumindo a Segurança Social a liderança das ZCAP em coordenação com o COS e o apoio do COM.

O COM, através do PCMun, convoca os responsáveis dos serviços, agentes, entidades e organizações de apoio, com vista ao planeamento sequencial da administração e logística, em função da gravidade da ocorrência.

Em caso de necessidade, as atividades logísticas podem abranger, igualmente, as populações não evacuadas, cujas condições não permitam o acesso imediato aos bens essenciais de sobrevivência, incluindo o fornecimento alternativo de água potável. As Juntas de Freguesia têm um papel importante a desempenhar no processo, quer através da identificação das necessidades, como no estabelecimento da rede de apoio sustentada em voluntários, procurando, na medida do possível, evitar o deslocamento de pessoas e, quando necessário, inserindo-as nos locais onde possam ser assistidas adequadamente tendo em consideração os problemas individuais.

A autorização para requisição de bens e serviços para apoio às populações é dada pela CMPC.

As atividades de administração e logística mantêm-se durante a fase de reabilitação.

(1) Zonas de Concentração e Apoio às Populações

- As ZCAP correspondem aos locais de acolhimento e alojamento temporário da população evacuada e a sua gestão é liderada pela segurança social;
- São os locais para onde deverão ser encaminhadas, primariamente, todas as pessoas deslocadas;
- As ZCAP devem efetuar o registo e recenseamento das populações deslocadas;
- As ZCAP serão selecionadas entre as constantes no quadro seguinte:

Freguesia	Coletividade	Contacto	Área Coberta	Valências												Capacidade Alojamento
				Cozinha	WC	Chuveiro	Câmara de Frio	Gás		Energia		Água		Combustíveis		
								Garrafa	Canalizado	Rede	Própria	Rede	Própria	Gasóleo	Gasolina	
UF Agualva e Mira Sintra	Corpo de Bombeiros	Comandante – Luís Manuel P. Costa- 964794158	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	-	+ 50
	EB1/JI N.º 1 Agualva	Escola – 21 431 22 94 Educa 96339 02 06 – Dr. António Canelas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	Sim	Não	Sim	-	-	-	+ 200
	EB 1/JI Mira Sintra	Escola – 21 913 18 30 Educa 96 339 02 06 – Dr. António Canelas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-	110
Algueirão-Mem Martins	Corpo de Bombeiros	Comandante – Mário Jorge Cinco – Reis - 912240106	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	-	+100
	EB1 N.º1 Mem Martins	Escola – 21 921 16 32 Educa 96 339 02 06 – Dr. António Canelas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-	200
	Arsenal 72 – Desporto e Cultura - Parque Desportivo Casal S. José	Rua Fernando Peyroteo 219209350 arsenal72@gmail.com Fax 219209350	Limitada	Limitada	Sim	Sim	-	-	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-	400 em Tendas
	Mem Martins Sport Clube	Quinta do Recanto 219220184 e 934387212	Limitada	Limitada	Sim	Sim	-	-	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-	400 em Tendas
	Campo de Jogos Raul Neves, Recreios Desportivos do Algueirão	Estrada da Granja do Marquês, 309911123 e 926441747 Fax 219211405 Fax 219211405	Limitada	Limitada	Sim	Sim	-	-	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-	400 em Tendas

UF Queluz e Belas	Corpo de Bombeiros	Comandante – Daniel Cardoso - 917846030	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	-	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	+/- 50
	EB1/JI Quinta da Fonteireira	Escola 21 431 93 06 Educa 96 339 02 06 – Dr. António Canelas	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	200
	Campo António P. Pinto Basto, Clube Desportivo Belas	Casal do Outeiro 214320514 Fax 214320514 clubedesportivobelas@gmail.com	Limitada	Limitada	Sim	Sim	-	-	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-	400 em Tendas
UF Cacém e São Marcos	EB 1 n.º 3 Cacém	Escola 21 914 32 13 Educa 96 339 02 06 – Dr. António Canelas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-	200
	Complexo Desportivo do Atlético Clube do Cacém	R. Pôr do Sol Rio de Mouro 219188620 e 966553762 Fax 219188628 geral@accacem.com	Limitada	Limitada	Sim	Sim	Não	-	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-	400 em Tendas
Colares	Corpo de Bombeiros Colares	Comandante – Luís Manuel M. Recto – 967397651	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	-o	+/- 100
	Corpo de Bombeiros de Almoçageme	Comandante – Bruno Tomás - 962629039	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	-	+/- 50
	Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Almoçageme	Av Dr Brandão Vasconcelos 219288173 e 912344405 secretaria@bvalmoçageme.pt Fax 219291973	Limitada	Sim limitada	Sim	Sim	-	-	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-	200
	EB 1/JI Mucifal	Escola 21 928 35 37 Educa 96 339 02 06 – Dr. António Canelas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	-	100
UF Massamá e Monte Abraão	EB 1 n. 2 Massamá	Escola 21 439 19 31 Educa 96 339 02 06 – Dr. António Canelas	Sim	Sim	Sim	-	Sim	-	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-	300
	Complexo Desportivo Real Sport Clube	R. Cidade Desportiva 214394216 Fax 214371073	Limitada	Limitada	Sim	Sim	-	-	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-	400 em Tendas
Rio de Mouro	EB1/JI n.º 1 Rio de Mouro	Escola 21 916 23 36 Educa 96 339 02 06 – Dr. António Canelas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-	200
	Campo Futebol Sociedade Recreativa de Albarraque	Bairro Campo da Bola 219150623 Fax 219150051 sralbarraque@hotmail.com	-	Limitada	Sim	Sim	-	-	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-	400 em Tendas
UF Santa Maria e São Miguel São Pedro Penaferrim e São Martinho	EB 1/JI Portela de Sintra	Escola 21 916 23 36 Educa 96 339 02 06 – Dr. António Canelas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-	150
	Campo de Futebol, Sport União sintrense	Rua Pedro Cintra, 23 219231840 Fax 219241953 secretaria@susintrense.com	-	Limitada	Sim	Sim	-	-	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-	1000 em Tendas
	Complexo desportivo Sargento Arménio, Sporting Clube de Lourel	Estrada de São Romão 219243257 968495545 Fax 219243257 sclourel@sapo.pt	Limitada	Limitada	Sim	Sim	-	-	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-	400 em Tendas
	Pavilhão Hockey Club de Sintra	Estrada Monte Santos, 1 219241891 Fax 219230535	Sim	Limitada	Sim	Sim	Não	-	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-	200
	Corpo de Bombeiros	Comandante Pedro Ernesto Tel 91 931 38 43	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-	200
	EB1/JI S. Pedro	Escola 21 924 22 31 Educa 96 339 02 06 – Dr. António Canelas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-	100
	Pavilhão Eng Ismael Gaspar, Grupo União e Recreativo do Linho	R. António dos Reis 219242829 e 966300030 Fax 219242829 guri@netcabo.pt	Sim	Limitada	Sim	Sim	-	-	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-	200
	Campo Conde Sucena, Sociedade Filarmónica União 1º Dezembro	Av Conde Sucena nº1 219240676 e 960063658 Fax 219240676 su1dezembro@oniduo.pt	Limitada	Limitada	Sim	Sim	-	-	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-	1000 em Tendas

Quadro 6- Zonas de Concentração e Apoio às Populações

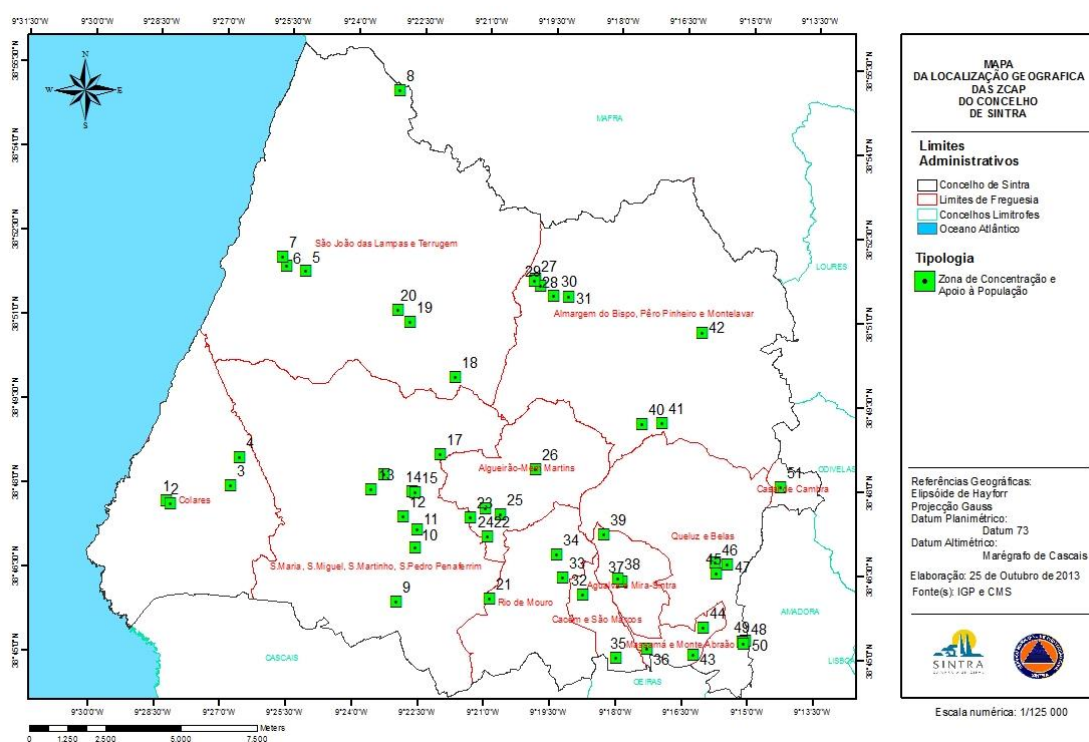
(2) Procedimentos e atribuições da Segurança Social

- Comparecer no PCMun após receção do aviso de mobilização;
- Dar apoio técnico ao COM;
- Em coordenação com a CEPLO do PCMun, certificar-se do SGO e dos requisitos para implementação dos PC, ZAP e ZCAP;

- Em coordenação com a CMS-DSI, INEM, UECVP, forças de segurança providenciar, atempadamente, os recursos humanos para assegurar o funcionamento dos PC, ZAP e ZCAP;
- Em coordenação com a CERTEC, providenciar e fornecer os equipamentos radio e as instruções aos PC e ZCAP;
- Acionar os pedidos de apoio nas áreas de ação social, da saúde e da segurança;
- Assegurar a gestão das ZCAP, das ZAP e dos PC, com o apoio do INEM, UECVP, CMS-DSI e forças de segurança e manter a ligação/coordenação com o PCOC para apoiar os deslocados e os pedidos do COS;
- Efetuar o levantamento de necessidades das ZCAP e providenciar a sua satisfação através do PCOC e do PCMun;
- De acordo com os resultados da triagem psicossocial na ZCAP, se necessário solicitar ao PCOC a evacuação dos deslocados para centros de saúde e hospitais com urgências psiquiátricas;
- Na ZCAP, encaminhar os deslocados para o Centro de Referenciação onde são registados/referenciados, seguidamente para o Centro de Logística e depois para as Zonas de Acolhimento. Quando necessário, encaminhar os deslocados para o Centro de Pesquisa e Localização que opera sob a responsabilidade do INEM ou da UECVP, ao Apoio Psicossocial da responsabilidade da CMS-DSI e ao Centro de Cuidados Básicos de Saúde sob a alçada do INEM ou da UECVP;
- Na fase de emergência, solicitar os transportes e o apoio das forças de segurança para movimentar os deslocados dos PC para as ZCAP. Na fase de reabilitação, após decisão da CMPC, providenciar o transporte dos deslocados das ZCAP para as zonas habitacionais;
- Solicitar o apoio logístico, nomeadamente em alimentação, água, agasalhos, para os deslocados;
- Diligenciar a obtenção da informação indispensável para corresponder aos anseios dos deslocados através do PCOC.

A coordenação é efetuada nos seguintes moldes:

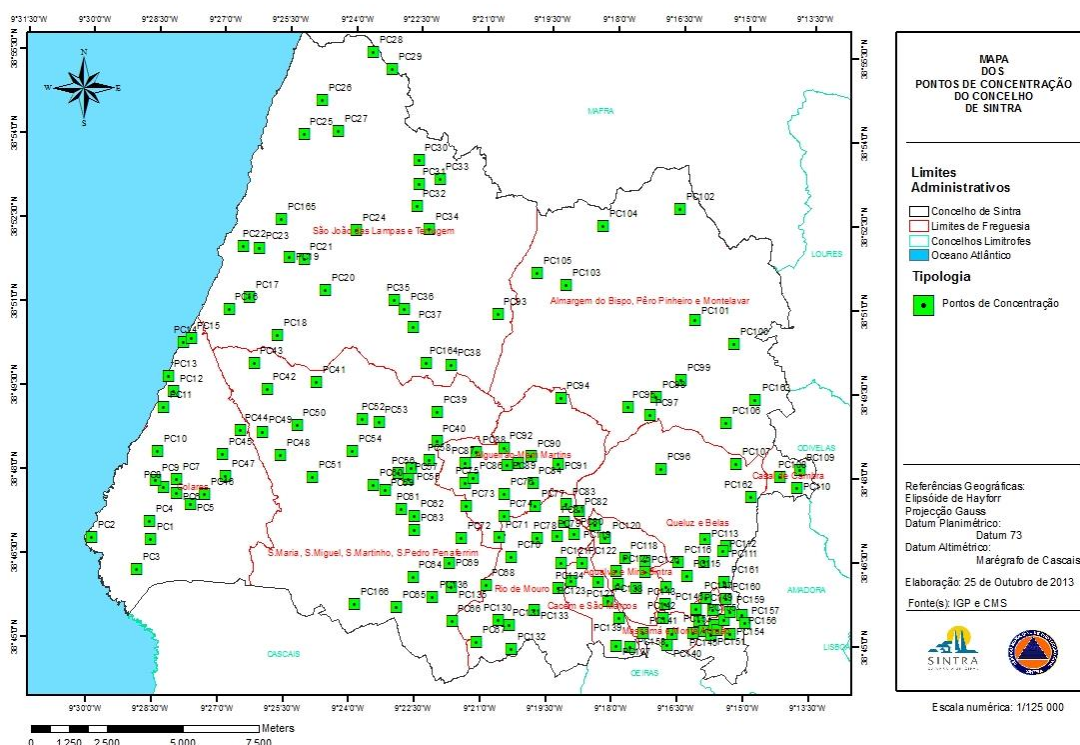
- A nível de manobra, na ZCAP, é efetuada sob a liderança da segurança social;
- A nível tático é conduzida no PCMun, na CELAC, através de um elemento da segurança social;
- A nível estratégico é concretizada pela CMPC através do representante da segurança social;
- A autorização para requisição de bens e serviços para apoio às populações é dada pela CMPC;
- A decisão do regresso das populações às áreas anteriormente evacuadas é da CMPC, sendo o movimento da responsabilidade do COS e controlado pelas forças de segurança;



Mapa 1- Localização geográfica das ZCAP

- A fase de reabilitação termina à ordem da CMPC quando o regresso e instalação das populações nas suas casas forem concluídos, as ZCAP desativadas e os serviços essenciais normalizados;

- As atividades de administração e logística mantêm-se até à desativação dos PC, ZAP e ZCAP.



Mapa2 - Localização geográfica dos pontos de concentração pre-planeados

- (3) Evacuação e apoio logístico da população deslocada da ZS para os PC e para as ZCAP

A evacuação e apoio às populações deslocadas da ZS para os PC e, seguidamente, para as ZCAP, durante a fase de emergência declarada pela CMPC, aquando da ativação do PEET, até que a fase de reabilitação esteja concluída, requer a consecução coordenada das operações de extração, evacuação primária, triagem, evacuação secundária e apoio logístico na sua globalidade.

- (a). Objetivo da evacuação

O objetivo da evacuação é movimentar de forma coordenada as populações afetadas pela ocorrência para os PC e, posteriormente, para as ZCAP, com a finalidade de assegurar o seu apoio até à conclusão da fase de reabilitação.

Junto dos PC estão instaladas as ZAP onde é efetuada a triagem dos deslocados pelo INEM e segurança social.

Para concretizar este objetivo é necessário realizar as seguintes ações:

- Difundir junto das populações os avisos e as orientações de evacuação. Esta ação é concretizada pelas forças de segurança, CB, podendo, se necessário, contar com o apoio de Forças Armadas e, eventualmente, de grupos de voluntários. Os OCS locais apoiam a operação a pedido da CMPC e divulgam os avisos e comunicados que lhe são entregues.

Entidade coordenadora na ZS: COS.

- Definir a localização do PCOC, PC, ZAP e ZCAP, Posto(s) Médico(s) Avançado(s) (PMA), e, eventualmente, Hospitais de Campanha.

Entidade Coordenadora: COS - PCOC em coordenação com o COM – PCMun, INEM, UECVP, segurança social.

- Definir itinerários de evacuação. Esta ação é coordenada no PCOC, cabendo às forças de segurança criar pontos de controlo e barreiras de encaminhamento de tráfego, de modo a manter desimpedidos os itinerários de evacuação, assegurar a liberdade de movimentos e a segurança dos cidadãos.

Entidade coordenadora: Forças de Segurança

- Garantir o encaminhamento dos evacuados para os PC e ZCAP. Esta ação é assegurada pelas forças de segurança;

Entidade coordenadora: Forças de Segurança

- Reencaminhar o tráfego, de modo a não interferir com a movimentação da população a evacuar nem com a mobilidade das forças de intervenção. Esta ação é assegurada pelas forças de segurança.

Entidade coordenadora: Forças de Segurança

- Coordenar o acesso às áreas afetadas, PC e ZCAP.

Entidade coordenadora: Forças de Segurança

(b). Triagem nas ZAP e gestão das ZCAP

No que concerne à gestão e funcionamento das ZAP junto dos PC e das ZCAP a entidade que lidera o processo é a segurança social, sendo apoiada nesta missão pelo INEM e UECVP, que são as entidades instaladoras, pela CMS, forças de segurança, Junta(s) de Freguesia da área(s) afetada(s), e, eventualmente, pelas unidades militares sedeadas no concelho, Organizações Não Governamentais (ONG) e grupos de voluntários.

Entidade coordenadora: Segurança Social

Entidades instaladoras: INEM e UECVP

Entidades apoiantes primárias: CMS, Junta(s) de Freguesia e forças de segurança.

Entidades apoiantes eventuais: unidades militares sedeadas no concelho, ONG e grupos de voluntários.

(c). Procedimentos

- A extração das vítimas da ZS (Zonas 0 e 1 - Hot e Warm Zones - AEGL3/ERPG3-TEEL3 e AEGL2/ERPG2/TEEL2) é efetuada pelos CB, que, cumulativamente, asseguram a evacuação primária;

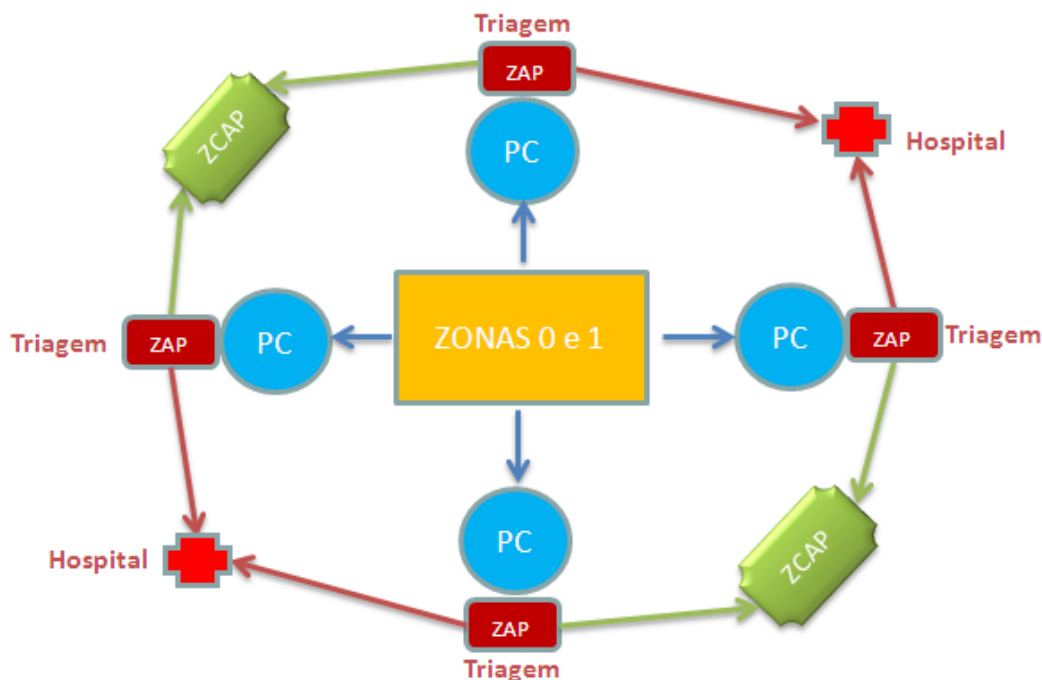


Fig. 11- *Triagem, evacuação e encaminhamento da população deslocada*

- O encaminhamento dos evacuados para os PC é efetuado pelas forças de segurança;
- A triagem psicossocial dos evacuados nos PC/ZAP é efetuada pelas equipas psicossociais;
- Os deslocados em situação de saúde normal são encaminhados pelas forças de segurança para as ZCAP;
- Os restantes deslocados são evacuados pelo INEM e CB, para centros de saúde e hospitais com urgências psiquiátricas, de acordo com os resultados da triagem;

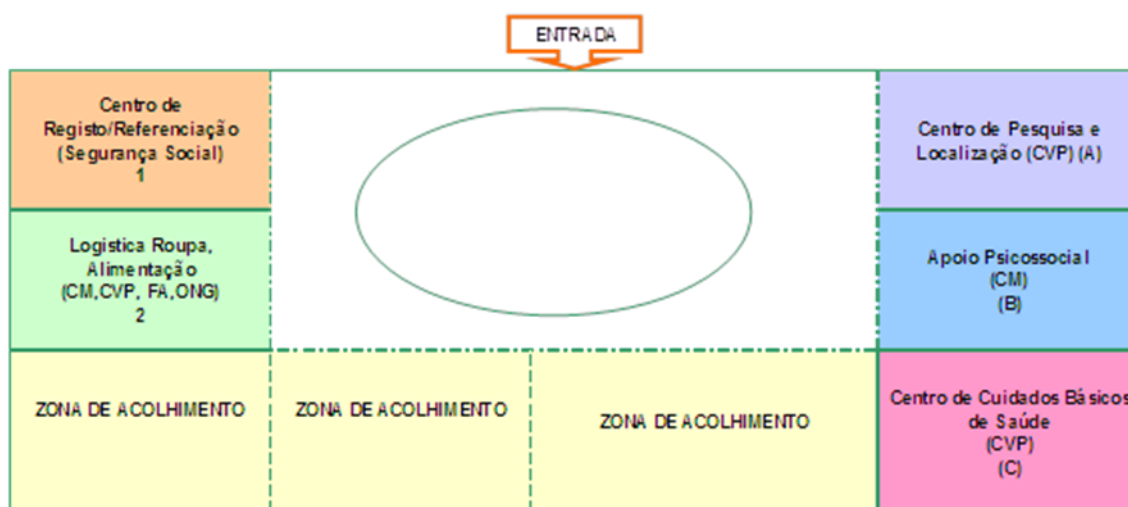


Fig. 12- Organização da ZCAP

- Os deslocados ao chegarem às ZCAP são encaminhados para o Centro de Referenciação onde são registados e referenciados. Seguidamente deslocam-se para o Centro de Logística e depois para as Zonas de Acolhimento. Quando necessário, são encaminhados para o Centro de Pesquisa e Localização que opera sob a responsabilidade da UECVP, ao Apoio Psicossocial da responsabilidade da CMS-DSI e ao Centro de Cuidados Básicos de Saúde da responsabilidade da UECVP.

(d). Coordenação

Cabe ao COS tomar a decisão de evacuar as populações da ZS, a qual é imediatamente comunicada ao COM e à CMPC.

A coordenação é efetuada como se indica:

- A nível de manobra, na ZCAP, é efetuada sob a liderança da segurança social;
- A nível tático é conduzida no PCMun, Célula Logística de Apoio ao Comando (CELAC), através de um elemento da segurança social;
- A nível estratégico é concretizada pela CMPC através do representante da segurança social;

- O tráfego rodoviário é reencaminhado pelas forças de segurança de modo a não interferir com a movimentação das populações a evacuar e a mobilidade das demais forças de intervenção;
- As forças de segurança destacam pessoal para garantir a segurança e o acesso controlado aos PC e ZCAP;
- A autorização para requisição de bens e serviços para apoio às populações é dada pela CMPC;
- As atividades de administração e logística mantêm-se ativas até à conclusão da fase de reabilitação;
- A decisão do regresso das populações às áreas anteriormente evacuadas é da CMPC, sendo o movimento controlado pelas forças de segurança;
- A fase de reabilitação termina à ordem da CMPC, no momento em que o PEET é desativado, o que só acontece quando o regresso e instalação da população nas suas casas estão concluídos, as ZCAP desativadas e os serviços essenciais normalizados.

(e). Intervenção conjunta entre o INEM, UECVP e a Segurança Social

A segurança social é apoiada pelo INEM e pela UECVP no processo de gestão e coordenação da ZAP e ZCAP. O modelo de articulação conjunta assenta no modelo de Intervenção em Crise do INEM - Modelo SRP (Segurar; Restabelecer e Prevenir) e a triagem no Protocolo de Triagem Psicossocial do INEM.

3. Comunicações

A entidade coordenadora é o SMPC

Entidades Intervenientes	Entidades de Apoio Eventual
CDOS PCMun PCOC APC Serviços da CMS	Operadores da rede fixa (PT) Operadores de rede móvel Radioamadores Autoridade Nacional das Comunicações (ANACOM)

Entidades e organizações de apoio

a. Prioridades de ação

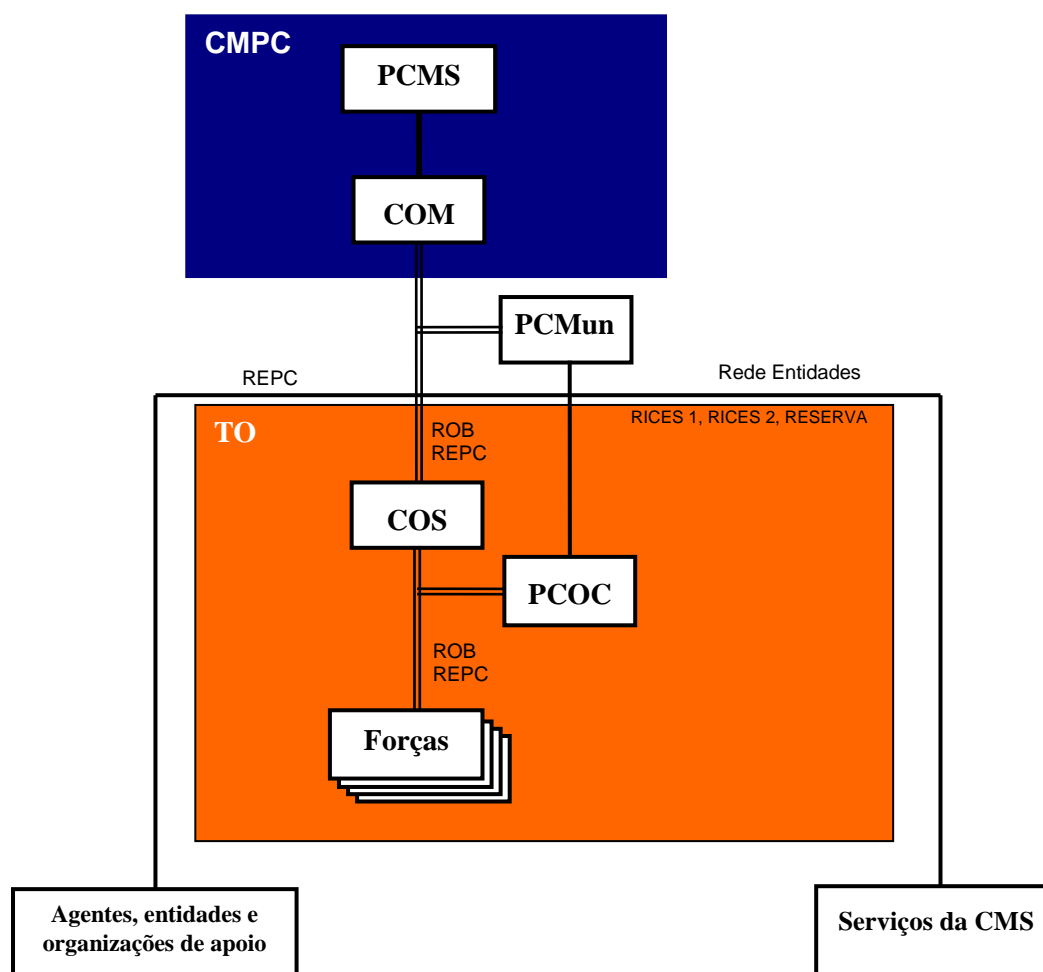
- Garantir a operacionalidade dos meios de comunicação;
- Disponibilizar os recursos de comunicações necessários ao efetivo exercício de comando, controlo e coordenação da operação;
- Assegurar o acesso a serviços e entidades essenciais;
- Diligenciar e coordenar o apoio dos operadores da rede comercial fixa e móvel;
- Mobilizar e coordenar as ações dos radioamadores;
- Monitorizar o estado das comunicações e das capacidades existentes.

O funcionamento eficiente das comunicações é essencial para assegurar a direção, comando, controlo e a segurança das forças e meios atribuídos. Todos os intervenientes devem possuir os meios de comunicações necessários, operar nas frequências atribuídas, estarem proficientes nos procedimentos e cumprirem as normas emitidas.

Nas comunicações operacionais não é autorizada a utilização de linguagem codificada e serão observadas, como normas, a não sobreposição de comunicações, a utilização exclusiva dos meios para comunicações de serviço, o cumprimento dos procedimentos estabelecidos e as prioridades das mensagens.

b. Organização

As comunicações estão organizadas de acordo com o organograma a seguir indicado.



LEGENDA:

CMOS – Centro Municipal de Operações de Socorro	REPC – Rede estratégica de proteção civil
CMPC – Comissão Municipal de Proteção Civil	ROB – Rede operacional dos bombeiros
COM – Comandante Operacional Municipal	TO – Teatro de operações
COS – Comandante de Operações de Socorro	RICES – Rede Integrada de Comunicações de Emergência de Sintra
PCOC – Posto de Comando Operacional Conjunto	

Fig. 13- Comunicações

c. Responsabilidades

(1) ICM-TRANS

- Assegurar em permanência as comunicações bilaterais entre o operador e o CB de S. Pedro de Sintra;
- Manter a atualidade e a prontidão da organização de alerta.

(2) SMPC/PCMun

- Coordenar a atividade das comunicações;

- Assegurar a operacionalidade permanente dos equipamentos de comunicações e efetuar testes periódicos de todas as redes;
- Ativar e assegurar a coordenação das comunicações no PCMun e CMPC durante as emergências;
- Estabelecer e manter as comunicações com o PCOC;
- Garantir a atualização permanente dos contactos a estabelecer;
- Identificar necessidades quanto a reforço de meios e de pessoal para o funcionamento das comunicações.

(3) PCOC

- Em coordenação com o CDOS atribuir as comunicações aos APC na ZS;
- Estabelecer e manter as comunicações na ZS com os setores, grupos de combate e equipas de intervenção e com o PCMun;
- Reportar a situação das comunicações e as limitações e constrangimentos existentes.

(4) CB

- Assegurar a operacionalidade permanente dos equipamentos de comunicações;
- Promover a formação e o treino dos operadores de comunicações, incluindo a uniformização dos procedimentos de comunicações;
- Fornecer os operadores identificados para reforçar o funcionamento das comunicações no PCOC.

(5) ERAS

- Verificar a prontidão das comunicações com o PCMun e PCOC;
- Reportar eventuais limitações para o PCMun.

(6) GNR, PSP e Polícia Municipal

- Assegurar as comunicações entre as unidades, o PCMun e o PCOC;
- Garantir, em caso de necessidade, um serviço de estafetas.

(7) Entidades e organizações de apoio

- Assegurar a permanente operacionalidade das comunicações com o PCMun e o PCOC;
- Garantir, em caso de necessidade, um serviço de estafetas.

(8) Serviços da CMS

- Assegurar a operacionalidade permanente dos equipamentos de comunicações entre os respetivos departamentos, serviços, empresas municipais, com o PCMun.

d. Redes

(1) Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP)

(2) Rede Integrada de Comunicações de Emergência de Sintra (RICES)

Canal	SITE	Tx	Rx	TOM
1	SINTRA 2	168,7125	173,3125	
2	SINTRA 4	159,8750	164,475	131,8
3	BELAS 2	168,7375	173,3375	
4	CACÉM 2	168,725	173,325	
5	PENINHA 2	168,6875	173,2875	
6	SINTRA 2 B	173,3125	168,7125	
7	SINTRA 3 B	173,350	168,750	
8	SINTRA 4 B	164,475	159,8750	
9	BELAS 2 B	173,3375	168,7375	
10	CACÉM 2 B	173,325	168,725	
11	PENINHA 2 B	173,2875	168,6875	

Nota: As frequências B são em modo base

(3) Rede Estratégica de Proteção Civil (REPC)

Canal (VHF-FM)	SITE	Tx	Rx	TOM
1	SINTRA	168,900	173,500	118,8
2	PRAGAL	168,9625	173,5625	151,4
3	MONTEMOR	168,9250	173,5250	136,5
4	MONTEJUNTO	168,8875	173,4875	97,4
5	SIMPLEX LISBOA	152,9625	152,9625	131,8
6	SIMPLEX NACIONAL	152,9250	152,9250	141,3
7	SINTRA B	173,500	168,900	118,8

Nota: A frequência B é em modo base

(4) Entidades externas

Canal (VHF-FM)	SITE	Tx	Rx	TOM
1	SMAS	159,425	164,025	107,2
2	MONTE DA LUA	148,575	153,175	107,2
3	MARITIMA	156,800	156,800	
4	MARITIMA	156,550	156,550	
5	MARITIMA	157,950	157,950	
6	MARITIMA	160,900	160,900	
7	MARITIMA	160,975	160,975	
8	MARITIMA	161,000	161,000	
9	RADIOAMADOR	145,225	145,225	

Canal (UHF)	SITE	Tx	Rx	TOM
1	CMS	453.0125	463.0125	103.5
2	CMS BASE	463.0125	453.0125	103.5
3	CVP LISBOA	460.2375	450.2375	103.5
4	CVP SINTRA	469.750	469.750	103.5
5	RADIOAMADOR	433.275	433.275 vew	

(5) Rede Operacional de Bombeiros (ROB)

Canal	Unidade	Tx	Rx	TOM
1	SINTRA	168,6125	173,2125	162,2
2	MONTEMOR	168,6000	173,2000	162,2
3	MONTEJUNTO	168,6250	173,2250	162,2
4	SINTRA B	173,2125	168,6125	162,2
5	MANOBRA 1	152,5875	152,5875	110,9
6	MANOBRA 2	152,6000	152,6000	110,9
7	MANOBRA 3	152,6125	152,6125	110,9
8	MANOBRA 4	152,6250	152,6250	110,9
9	MANOBRA 5	152,6750	152,6750	110,9
10	COMANDO 1	152,7125	152,7125	110,9
11	COMANDO 2	152,7250	152,7250	110,9
12	COMANDO 3	152,7375	152,7375	110,9
13	TACTICO 1	152,9250	152,9250	110,9
14	TACTICO 2	152,9375	152,9375	110,9
15	TACTICO 3	152,9500	152,9500	110,9

(1) Comunicações da ICM-TRANS com o SMPC

Os meios de comunicação usados pela ICM-TRANS para alertar o SMPC (trabalho contínuo - **H24**) em caso de acidente são por ordem de prioridade:

- Operadores do SMPC/CMOS

- Rede telefónica fixa: 219236950 (**H24**)
- Coordenador do SMPC
 - Rede telefónica fixa: 219236990
 - Rede telefónica móvel: 961332185 (**H24**)
- COM
 - Rede telefónica Fixa: 219236991
 - Rede telefónica móvel: 926726348 (**H24**)
- FAX : 219236988 e 219236989

Os responsáveis da ICM-TRANS pelo alerta ao SMPC e as formas de contacto estão na Parte 4, Secção I, subparágrafo 1.3.f.

e. Diagrama das redes

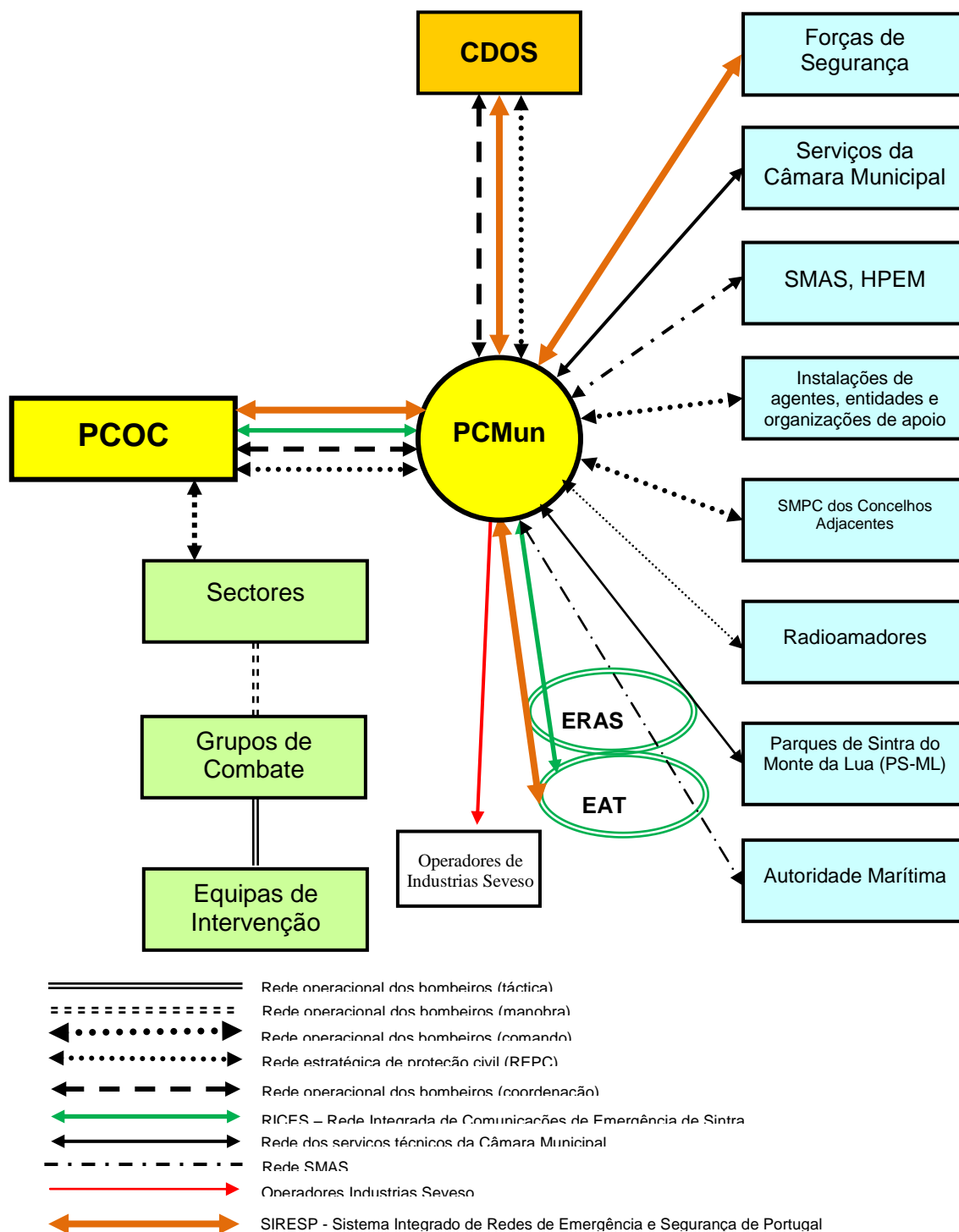


Fig. 14 - Diagrama das redes de comunicações

f. Instruções de coordenação

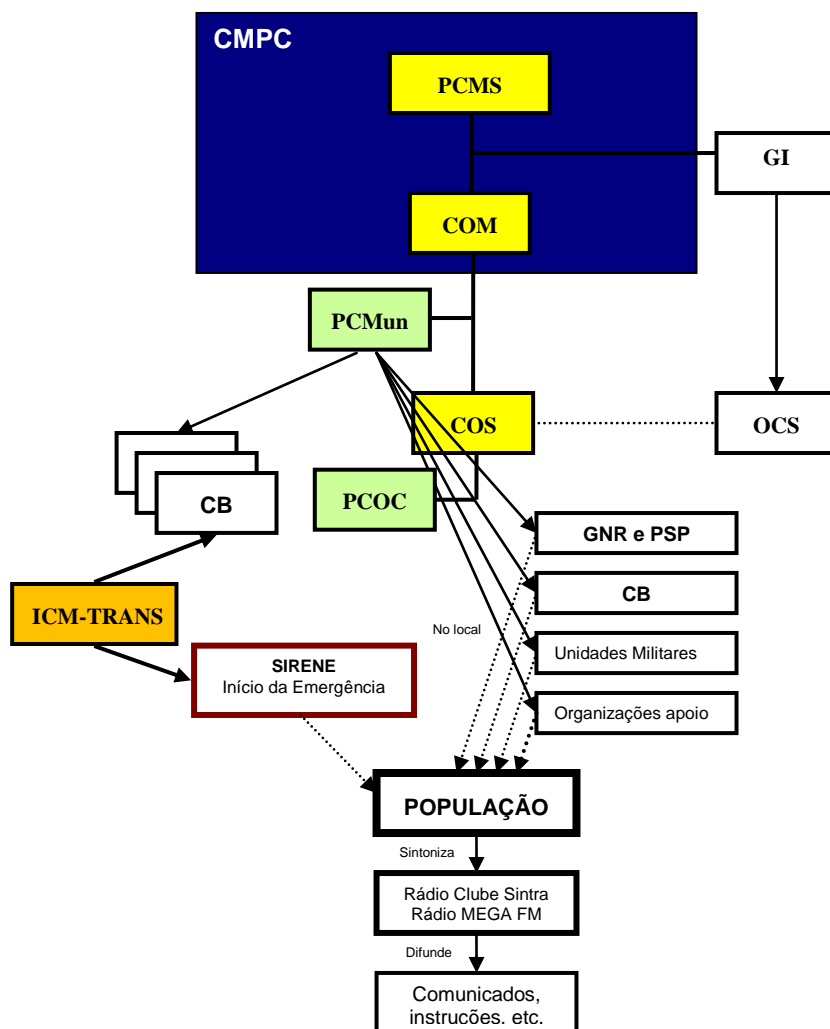
- Para assegurar as comunicações no TO, o COS é apoiado pelo SMPC;
- Tendo em conta a NEP 0042 de 27JUN2006, emitida pela ANPC, compete ao COS atribuir as comunicações aos APC e organizações que operam no TO, que inclui a ZS, ZA, ZCR, PC e ZCAP;
- Os serviços, agentes, entidades e organizações de apoio utilizam as redes e meios próprios de comunicações;
- Após o acionamento do PEET, o PCMun estabelece e mantém as comunicações necessárias com o CDOS, PCOC, CMPC, agentes, entidades e organizações de apoio.

g. Instruções específicas

- Os técnicos de comunicações da Célula de Recursos Tecnológicos (CERTEC) do PCMun, asseguram a prontidão das redes e serviços de comunicações;
- Imediatamente após a ocorrência de um acidente grave ou catástrofe, devem ser efetuados testes de comunicações em todos os sistemas, com todas as entidades intervenientes. Os testes são efetuados pelos operadores da CECOM do PCMun;
- O estado de prontidão das comunicações do PCMun alternativo é verificado diariamente, e o seu estado de prontidão reportado para o PCMun principal;
- As entidades com meios próprios devem assegurar a atribuição de recursos de comunicações de acordo com as suas necessidades, tendo presente a organização de comando e controlo da operação;
- A pedido do PCMun, os radioamadores reforçam as redes existentes e, se necessário, providenciam a substituição das inoperativas por sistemas alternativos;
- Limitações e constrangimentos nas comunicações são transmitidos ao CDOS pelo PCMun.

4. Gestão da Informação de Emergência

a. Organização



CB - Corpo de Bombeiros	GNR - Guarda Nacional Republicana
CMOS- Centro Municipal de Operações e Socorro	OCS - Órgãos de Comunicação Social
CMPC - Comissão Municipal de Proteção Civil	PCOC - Posto de Comando Operacional Conjunto
COM - Comandante Operacional Municipal	PSP - Polícia de Segurança Pública
GI - Gabinete de Imprensa da CMS	PCMS - Presidente da Câmara Municipal de Sintra

Fig. 15 - Organização da gestão da informação

4.1 Informação de apoio às operações

Entidade coordenadora: CMPC

Entidades Intervenientes	Entidades de Apoio Eventual
COM/PCMun COS/PCOC	APC Entidades e organismos de apoio

a. Prioridades de ação:

- Receber, processar e avaliar toda a informação da ZS, nomeadamente a proveniente do COS/PCOC;
- Manter a situação atualizada junto dos APC e entidades intervenientes;
- Recolher, nomeadamente através da ERAS, e tratar a informação necessária à perspetivação da evolução futura;
- Analisar possíveis cenários, a sua evolução, os riscos que contêm e propor as medidas adequadas de contenção;
- Analisar dados ambientais e sociais relevantes para o apoio à decisão;
- Assegurar o fluxo de informação às entidades intervenientes no Plano, designadamente, autoridades políticas, APC, organismos de apoio;
- Colaborar na elaboração e disseminação dos relatórios periódicos de situação incluídos na Parte IV-Secção III. parágrafo 3.

b. Responsabilidades

- O COS é responsável pela gestão da informação no TO e por manter o PCMun atualizado da evolução da situação através do PCOC;
- Compete à Célula de Planeamento e Operações do PCOC:
 - Receber, processar, analisar, articular e avaliar toda informação, incluindo das forças, organismos e entidades da ZS;
 - Atualizar o COS através de briefings periódicos.
- Os relatórios de informação devem ser efetuados após a chegada das forças ao local e atualizados periodicamente, sempre que a alteração da situação o requeira, ou até um máximo de 4 horas;
- Os Relatórios Imediatos de Situação podem ser transmitidos pelo COS ao PCMun/COM, por mensagem, e-mail, ou por via oral;
- O PCMun é responsável pela gestão da informação ao nível tático e por manter o COM e a CMPC atualizados da evolução da situação;

- Os Relatórios de Situação Geral têm origem no PCOC, enviados ao PCMun, que por sua vez os envia ao CDOS, após terem sido levados ao conhecimento da CMPC, podendo, em casos especiais, ser verbais e passados a escrito no mais curto espaço de tempo possível;
- O COM pode solicitar ao COS Relatórios de Situação Especiais, destinados a esclarecer pontos específicos ou setoriais;
- Os relatórios deverão, no mínimo, conter informação sobre o ponto de situação das operações em curso, forças empenhadas, vítimas, deslocados, danos em edifícios, vias de comunicação, redes e infraestruturas, avaliação de necessidades, perspetivas e ações futuras;
- O PCMun elabora, a cada 8 horas, para a CMPC pontos de situação referentes à ZS para divulgação;
- Os formatos dos relatórios periódicos de situação estão incluídos na Parte IV, Secção III, paragrafo 3.

4.2 Informação ao público

Entidade coordenadora: CMPC

Entidade Interveniente	Entidades de Apoio Eventual
COS/PCOC COM/PCMun Gabinete de Imprensa da CMS Juntas de Freguesia	Agentes de Proteção Civil Organismos e entidades de apoio Órgãos de Comunicação Social

O objetivo da informação pública é estabelecer a organização, os meios, os procedimentos e as responsabilidades dos serviços, agentes e entidades de apoio.

a. Prioridades de ação

- Assegurar que a população é avisada e mantida informada, para que possa adotar as instruções das autoridades e as medidas de autoproteção convenientes;
- Assegurar a divulgação à população da informação disponível, incluindo números de telefone de contacto, indicação dos PC e ZCAP;

- Garantir a ligação e enquadramento dos OCS e preparar, com periodicidade, os comunicados a distribuir;
 - Organizar e preparar brífingues periódicos e conferências de imprensa, por determinação do Diretor do Plano;
 - Promover a articulação com os OCS, determinando a divulgação de comunicados ou outra informação necessária;
 - Organizar visitas dos OCS ao TO garantindo a sua receção e acompanhamento.
- (1). O aviso e a informação pública são desencadeados, através da utilização dos seguintes meios:
- Sirene da ICM-TRANS;
 - Avisos sonoros e instruções difundidos pelos altifalantes dos veículos dos CB e das forças de segurança;
 - Radiodifusão de comunicados e outra informação oficial pela Rádio Clube de Sintra (RCS), 91,2 FM e Rádio MEGA FM 88.0 FM;
 - Difusão Telefone Fixo e celular;
- (2). Na fase de aviso e informação pública, há que ter em conta:
- Os munícipes com dificuldades em cumprirem as instruções. Os APC, designadamente forças de segurança e CB devem tomar conta destes casos e encaminhá-los para os locais onde possam receber apoio especializado;
 - Os que não ouvem ou não entendam os avisos, as informações ou instruções que lhes são destinadas. As Juntas de Freguesia devem ter a lista atualizada destes casos com as moradas e fornecê-la aos APC, designadamente forças de segurança e CB;
 - Os munícipes que necessitam de cuidados especiais devido às suas incapacidades e o local onde residem. As Juntas de Freguesia devem possuir o levantamento destas situações e informar os APC, designadamente forças de segurança e CB.

b. Responsabilidades

(1) CMPC

A CMPC é responsável pela gestão da informação pública, cabendo-lhe:

- Assegurar o funcionamento de um centro de atendimento telefónico público ou personalizado;
- Dar resposta às solicitações de informação;
- Difundir recomendações, linhas de atuação e a informação pertinente de sensibilização das populações para a tomada de medidas preventivas ajustadas à ocorrência;
- Elaborar e distribuir comunicados oficiais;
- Centralizar a informação, proceder à sua análise e divulgação;
- Coordenar a atividade de aviso e informação pública;
- Identificar as medidas de autoproteção a difundir.

Compete ainda à CMPC, no domínio da relação com os OCS:

- Atuar como porta-voz único, em nome do Diretor do Plano;
- Assegurar a realização de briefings ou conferências de imprensa e informar os OCS do local das conferências;
- Assegurar a emissão de comunicados periódicos;
- Difundir recomendações, linhas de atuação e comunicados oficiais.

(2) ICM- TRANS

- Acionar o sinal sonoro de aviso.

“Situação de Emergência”: toques intermitentes de cinco segundos, executados durante um minuto, repetidos três vezes, com intervalo de um minuto entre cada repetição



“Evacuação”: Toque contínuo de 1 minuto



Fim da Emergência”: Toque intermitente de 1 minuto e 10 segundos

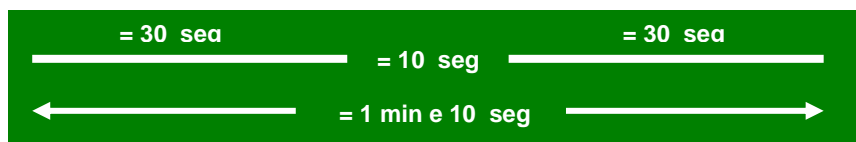


Fig. 16 - Sinais sonoros de aviso

- Alertar as empresas, organismos e entidades através de telefone rede fixa e celular.
- (3) CB
- Difundir avisos e informação pública às populações e proceder à sua evacuação das zonas 0 e 1 (AEGL3/ERPG3/TEEL3 e AEGL2/ERPG2/TEEL2);
 - Proceder à evacuação de pessoas incapacitadas e deficientes em coordenação com as Juntas de Freguesia.
- (4) SMPC
- Manter o funcionamento expedito das linhas de informação pública e fornecer a informação autorizada até à instalação da CMPC, Telefones 219105880, 219236950/1/2.
- (5) Juntas de Freguesia
- Fornecer ao PCOC e PCMun a informação dos munícipes que requerem cuidados especiais devido às limitações físicas que possuem e o local onde residem;
 - Colaborar com os CB e com as forças de segurança nos avisos e evacuação de residentes, respeitando as regras de segurança;
 - Manter os munícipes informados sobre a situação;
 - Coordenar com a CMPC as questões colocadas pelos OCS que requeiram orientação superior.

(6) Forças de Segurança

- Colaborar na difusão de avisos e informação pública;
- Colaborar com os CB assim como com as Juntas de Freguesia no aviso e evacuação de munícipes e fazer cumprir as ordens emitidas, respeitando as regras de segurança.

(7) Adjunto para as relações públicas do PCOC

- Estabelecer a ligação com a CMPC/representante do Gabinete de Imprensa da CMS;
- Prestar a informação autorizada aos OCS, nomeadamente Rádio Clube de Sintra e Rádio MEGA FM;
- Divulgar os avisos, comunicados e informações, no âmbito da sua missão de serviço público, a pedido da CMPC.

(8) CMS, agentes, entidades e organizações de apoio

- Encaminhar todas as questões colocadas pelos OCS para a CMPC;
- Informar a população dos comunicados e fontes de informação.

4.3 Instruções de coordenação

- As populações devem sintonizar a Rádio Clube de Sintra (RCS), 91,2 FM e Rádio MEGA FM 88.0 FM, para ouvir as instruções e comunicados. Por constituir um fator crítico de sucesso durante uma emergência, este processo deve ser promovido e treinado em exercícios pelo SMPC de forma a sensibilizar as pessoas para a importância do cumprimento das instruções emitidas.
- A informação aos OCS é prestada pela CMPC, através do Gabinete de Imprensa da CMS podendo conter:
 - Situação atual da ocorrência;
 - Ação em curso para o socorro e assistência às populações;
 - Áreas de acesso restrito;
 - Medidas de autoproteção a serem adotadas pelas populações;
 - Locais de reunião, acolhimento provisório ou assistência;

- Números de telefone e locais de contacto;
- Instruções para regresso de populações deslocadas.

5. Procedimentos de Evacuação

Entidade coordenadora: COS (em coordenação com o comandante da unidade da PSP de Rio de Mouro).

Entidades Intervenientes	Entidades de Apoio Eventual
Forças de Segurança Câmara Municipal Juntas de Freguesia Corpos de Bombeiros Unidades Militares INEM UECVP	ICM-TRANS Rádios Locais Empresas de transportes

a. Prioridades de ação

- Coordenar as operações de movimentação e evacuação das populações afetadas;
- Difundir junto das populações recomendações de evacuação;
- Definir itinerários de evacuação;
- Garantir o encaminhamento dos evacuados para os PC e para as ZCAP;
- Reencaminhar o tráfego, de modo a não interferir com a movimentação das populações a evacuar nem com a mobilidade das forças de intervenção;
- Criar pontos de controlo e barreiras de encaminhamento de tráfego, de modo a manter desimpedidos os itinerários de evacuação;
- Coordenar o acesso às áreas afetadas.

Cabe às forças de segurança, orientarem a movimentação e evacuação das populações afetadas. Esta ação é coordenada com o COS e é apoiada pelas Juntas de Freguesia e por outras entidades intervenientes na ZS. Após a definição das áreas a evacuar, o tráfego rodoviário deve ser reencaminhado pelas forças de segurança, que poderão criar barreiras para o efeito. A população a evacuar é encaminhada para os PC, sendo os itinerários definidos pelas forças de segurança, tendo em consideração as áreas afetadas e a segurança. A partir dos PC os evacuados são transportados para as ZCAP nos transportes da CMS, Juntas de Freguesia, CB e, se necessário, empresas de transportes.

O suporte logístico, agasalhos, água, alimentação é coordenado pelo PCMun. O regresso das populações às áreas de residência é efetuado após autorização da CMPC, quando as condições de segurança permitirem.

b. Organização

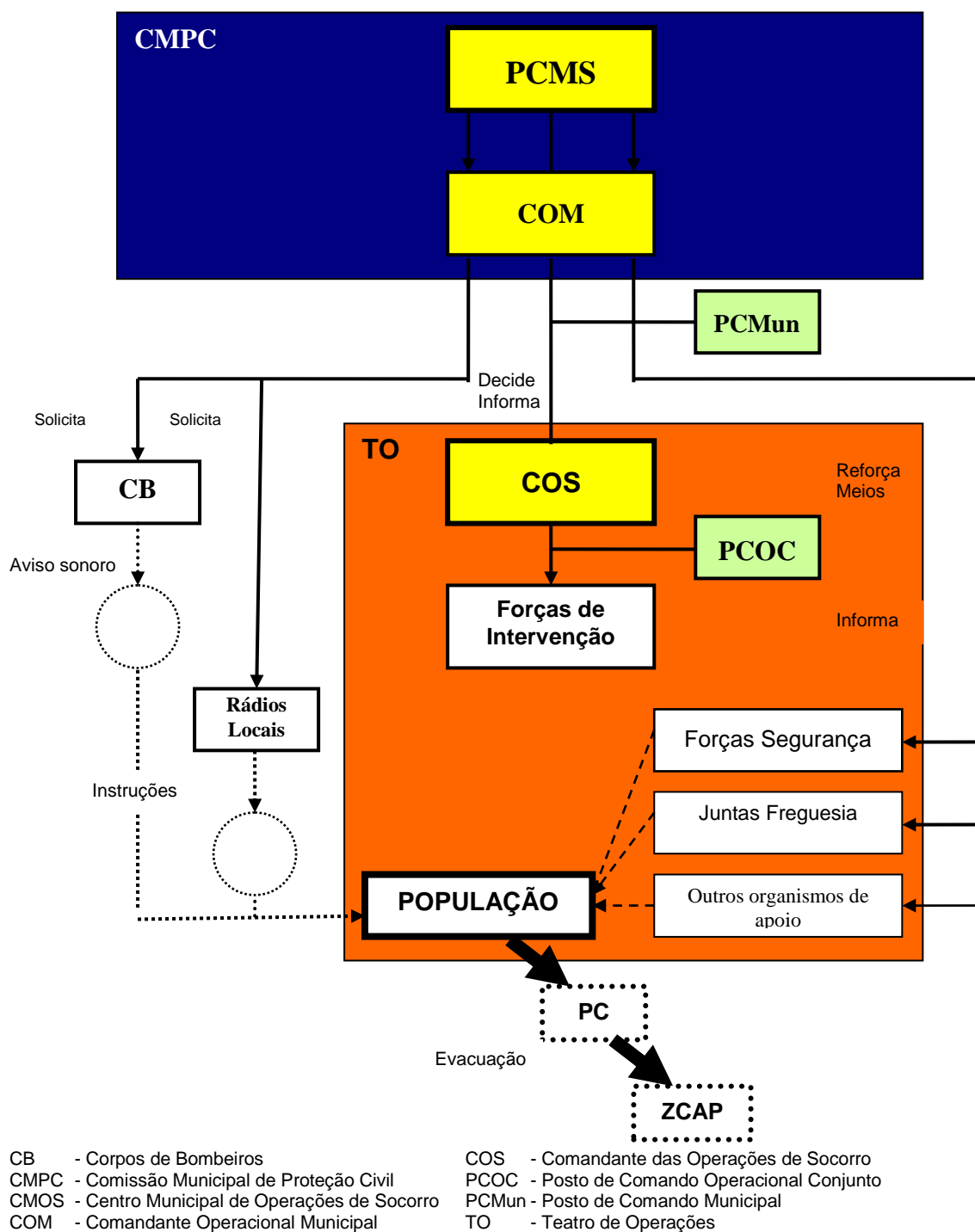


Fig.17- Organização da Evacuação

c. Responsabilidades

(1) ICM-TRANS

Em caso de ocorrência de um acidente grave nas instalações da ICM-TRANS, a equipa de intervenção intervém com os meios próprios até à chegada das equipas de socorro externas. O Chefe das Operações de Emergência ativa o PEI e fornece a informação ao chefe da 1ª equipa do CB a chegar ao local. Ao ouvir o sinal de alarme todas as pessoas no interior do estabelecimento sem função específica no PEI abandonam o local onde se encontram e dirigem-se para o Ponto de Encontro indicado pelo Coordenador da Evacuação.

Na evacuação os colaboradores da empresa seguem as seguintes regras práticas:

- Integram os visitantes, caso os haja, na evacuação;
- Interrompem todas as atividades após efetuados os procedimentos previstos no PEI;
- Procedem de acordo com as instruções do Chefe de Operações de Emergência.

(2) Comandante da Esquadra da PSP de Rio de Mouro e outras forças de segurança

Quando se verifica uma ocorrência grave na ICM-TRANS a Esquadra da Polícia de Rio de Mouro é informada, coloca um oficial de ligação junto do COS e intervém na ocorrência de acordo com a situação.

O SMPC de Sintra informa a Divisão Policial de Sintra, o Destacamento Territorial da GNR de Sintra e a Polícia Municipal. Embora os SMPC de Cascais e de Oeiras sejam informados da situação pelo CDOS, o SMPC de Sintra estabelece o contacto, o mais cedo possível, e coloca as forças de segurança a par da situação e da possibilidade do PEET ser ativado.

O comando da Divisão Policial de Sintra, entretanto informado pelo SMPC, alerta as Esquadras da PSP de Mem-Martins, Esquadra da PSP de Mira Sintra, Esquadra da PSP do Cacém, Esquadra da PSP de São Marcos, Esquadra da PSP de Massamá que procederão de acordo com as instruções que lhes forem transmitidas por este comando.

Simultaneamente, a Divisão Policial de Cascais foi informada da situação pelo SMPC de Cascais, que alerta a Esquadra da PSP de São Domingos de Rana, Esquadra da PSP do Estoril, Esquadra da PSP da Parede e Esquadra da PSP de Carcavelos e envia um oficial de ligação para junto do COS.

O Destacamento Territorial da GNR de Sintra alerta o Posto da GNR de Sintra para a situação e envia um oficial de ligação para o PCOC.

O Sub-destacamento da GNR em Alcabideche alerta o Posto Territorial da GNR de Porto Salvo e o Posto Territorial da GNR de Barcarena, da situação e envia um oficial de ligação para o PCOC.

As esquadras e postos territoriais ficam em estado de alerta elevado e atuam de acordo com as instruções que receberem dos respetivos comandos em sintonia com os requisitos, critérios e orientações resultantes do processo de coordenação entre os oficiais de ligação e o COS.

Genericamente, as forças de segurança têm as seguintes responsabilidades:

- Coordenar as atividades de ordem pública, movimentação e evacuação;
- Mobilizar os meios próprios necessários à ordem pública e à movimentação e evacuação das populações;
- Assegurar a operacionalidade permanente dos meios necessários à manutenção da segurança e evacuação das populações, bem como da movimentação e controlo de tráfego;
- Garantir a segurança de pessoas e bens;
- Orientar a evacuação e a movimentação das populações, de acordo com as decisões do COS.

(3) PCMun

- Coordenar o aviso e as medidas de autoproteção a difundir às populações;
- Em coordenação com o PCOC e informação recolhida pela ERAS, apoiar o COS na identificação dos locais de concentração para onde se devem dirigir as populações a evacuar e confirmar a localização das ZCAP;
- Apresentar à CMPC as necessidades em transportes.

(4) CB, INEM, UECVP, Unidades Militares

- Apoiar as forças de segurança na evacuação das populações;
- Colocar os meios próprios disponíveis para evacuar as populações com necessidades especiais;
- Prestar cuidados de saúde e apoio psicológico às populações.

(5) Juntas de Freguesia

- Informar o PCOC dos munícipes com incapacidades físicas ou outras, com necessidade do emprego de meios especiais em caso de evacuação;
- Apoiar as forças de segurança na evacuação das populações;
- Colocar os meios de transporte próprios disponíveis à disposição da evacuação das populações;
- Proceder ao recenseamento dos evacuados;
- Diligenciar, em coordenação com a CMPC, o apoio logístico aos deslocados.

(6) Agrupamento de Centros de Saúde de Sintra

- Colaborar com as Juntas de Freguesia na identificação dos munícipes cujas incapacidades físicas ou mentais necessitam de meios especiais de evacuação;
- Apoiar as populações através da prestação de cuidados de saúde e apoio psicológico.

(7) CMS

- Colaborar na criação de barreiras de acesso à ZS;
- Apoiar o COS em transporte para proceder à movimentação dos munícipes incluindo aqueles que tenham incapacidades físicas ou mentais;
- Apoiar o COS na logística dos deslocados.

(8) Rádio Clube de Sintra e Rádio MEGA FM

- Divulgar os avisos, comunicados e informações, no âmbito da sua missão de serviço público, a pedido da CMPC;
- Colaborar com o SMPC na divulgação das instruções de evacuação.

d. Instruções de coordenação

(1) Ordem pública

- Após a identificação da ZS, o tráfego rodoviário em redor do TO é reencaminhado pelas forças de segurança de modo a não interferir com a movimentação das populações a evacuar e a mobilidade das forças de intervenção;
- O acesso à ZS deve ser limitado às forças de intervenção e organizações de apoio, através da criação de barreiras e outros meios de controlo, contando as forças de segurança com o apoio da CMS, designadamente da Departamento de Obras Municipais e Gestão do espaço Público (DGP);
- As zonas evacuadas devem ser patrulhadas pelas forças de segurança, com vista a impedir roubos e pilhagens, sendo detidos todos os indivíduos aí encontrados que não estejam devidamente autorizados;
- As forças de segurança destacam pessoal para garantir a segurança na ZS, PC e ZCAP;
- A segurança nos estabelecimentos industriais e comerciais deve ser reforçada pelos respetivos proprietários sem por em causa as regras de segurança com impacto para a saúde.

(2) Movimentação e evacuação das populações

- Cabe ao COS a decisão sobre a evacuação das populações das áreas 0 e 1, a qual deve ser imediatamente comunicada à CMPC através do COM;
- Face à deliberação de evacuação, as forças de segurança comparecem no local, utilizando os procedimentos próprios no aviso e encaminhamento das populações para fora da área a evacuar. A extração da população da zona 0 e 1 é efetuada pelos CB por disporem de equipamento para operarem nessas áreas perigosas.

- Estabelecidas as vias de evacuação pelo COS, em coordenação com o COM, as forças de segurança, com o apoio do DGP, criam barreiras de encaminhamento de tráfego e pontos de controlo, que se destinam a prestar assistência aos evacuados e a manter o fluxo da movimentação em direção aos PC e daí para as ZCAP;
- O regresso das populações às áreas anteriormente evacuadas é uma decisão do COS, após coordenação com o COM que por sua vez obtém anuência da CMPC, sendo o controlo do movimento efetuado pelas forças de segurança.

ITINERÁRIO DE EVACUAÇÃO (NOME E DIREÇÃO)	PONTOS DE CONCENTRAÇÃO (COORDENADAS)	
Variante 249-4	1	W009° 20' 52.708"; N38° 46' 1.738"
Rua Primeiro de Maio	2	W009° 21' 39.304"; N38° 45' 58.968"
EM 594	3	W009° 21' 57.300"; N38° 45' 35.868"
Rua Campos Verdes	4	W009° 21' 52.931"; N38° 44' 17.659"
EM 589	5	W009° 21' 42.081"; N38° 44' 0.768"
EN 249-4	6	W009° 20' 15.201"; N38° 43' 53.049"
EN 249-4	7	W009° 20' 34.453"; N38° 43' 49.847"
Estrada José Alves Santos	8	W009° 19' 42.982"; N38° 43' 58.444"
EM 1290	9	W009° 19' 34.359"; N38° 45' 39.003"
EM 1290	10	W009° 19' 43.061"; N38° 45' 42.319"
EM 594	11	W009° 20' 25.490"; N38° 45' 58.886"
Variante 249-4	12	W009° 20' 42.383"; N38° 46' 4.303"

Quadro 7 - Itinerários de evacuação e Pontos de Concentração

6. Manutenção da Ordem Pública

Entidade coordenadora: Forças de Segurança

Entidades Intervenientes	Entidades de Apoio Eventual
Forças de Segurança da PSP e da GNR	Polícia Municipal Unidades militares Empresas de segurança privadas

a. Prioridades de ação

- Garantir a manutenção da lei e da ordem, proteger pessoas e bens e impedir atos ilícitos;
- Proteger as áreas e propriedades abandonadas e que tenham sofrido danos em consequência da ocorrência, as quais podem estar sujeitas a atividades criminosas;
- Condicionar e regular o acesso de pessoas e veículos ao TO de acordo com as solicitações do COS;
- Garantir a segurança de área no TO em estreita coordenação com outros APC;
- Garantir a segurança e a ordem nos PC e ZCAP.

b. Responsabilidades

(1) Forças de segurança

Compete às forças de segurança:

- Montar os perímetros de segurança em coordenação com o COS e garantir a segurança de área;
- Controlar e registar os acessos às zonas restritas;
- Proteger a propriedade privada das zonas evacuadas impedindo ações de vandalismo e outras atividades ilícitas;
- Garantir a segurança de estabelecimentos públicos e privados, assim como de infraestruturas consideradas sensíveis. Este controlo de segurança poderá implicar o apoio de empresas privadas de segurança, a mobilizar pelos detentores das instalações;
- Reencaminhar o tráfego rodoviário de forma a evitar a ZS e não interferir com a mobilidade das forças de intervenção. Para tal as forças de segurança podem criar barreiras ou outros meios de controlo, bem como corredores de emergência.

7. **Serviços Médicos e Transporte de Vítimas**

Entidade coordenadora: Instituto Nacional de Emergência Médica

Entidades Intervenientes	Entidades de Apoio Eventual
INEM UECVP	CB Unidades militares ACES Sintra

Um acidente grave na ICM-TRANS pode originar vítimas, designadamente queimados e intoxicados por gases no interior das instalações e nas populações que estiverem sujeitas ao contacto direto com a nuvem de gases tóxicos. Todos eles requerem a prestação de cuidados médicos de emergência, nomeadamente triagem, estabilização e transporte das vítimas para os hospitais e outras Unidades de Saúde. Neste contexto, o COS mantém o COM informado sobre a situação, designadamente meios complementares necessários e número potencial de vítimas. O COM informa a CMPC e assegura que as necessidades são supridas.

Compete à CMPC, através da Autoridade de Saúde Concelhia, a identificação dos meios a solicitar e, em coordenação com o INEM, o estabelecimento da ligação aos hospitais de evacuação, prestar as informações pertinentes sobre o tipo de ocorrência e o número potencial de vítimas. O INEM, através dos meios próprios enviados para o local, instala e assegura a gestão e funcionamento dos postos de triagem, de assistência pré-hospitalar e de evacuação secundária, em estreita articulação com o COS.

Para determinados acidentes e catástrofes as capacidades locais podem ser limitadas, pelo que deve ser assegurada a transferência para outras unidades hospitalares.

a. Prioridades de ação

- Coordenar as ações de saúde pública;
- Estabelecer áreas de triagem das vítimas;
- Assegurar a montagem, organização e funcionamento de hospitais de campanha e postos médicos avançados;
- Implementar um sistema de registo de vítimas desde o TO até às Unidades de Saúde de destino;
- Assegurar o transporte de vítimas.

A triagem primária na ZS é realizada pelos CB. O INEM e a UECVP efetuam a triagem secundária podendo colaborar na triagem primária de acordo com as suas disponibilidades. A localização dos postos/áreas de triagem é identificada em colaboração com os CB. Deverão estar tão próximo quanto possível das zonas mais afetadas dentro da ZS, respeitando as necessárias distâncias de segurança.

b. Organização

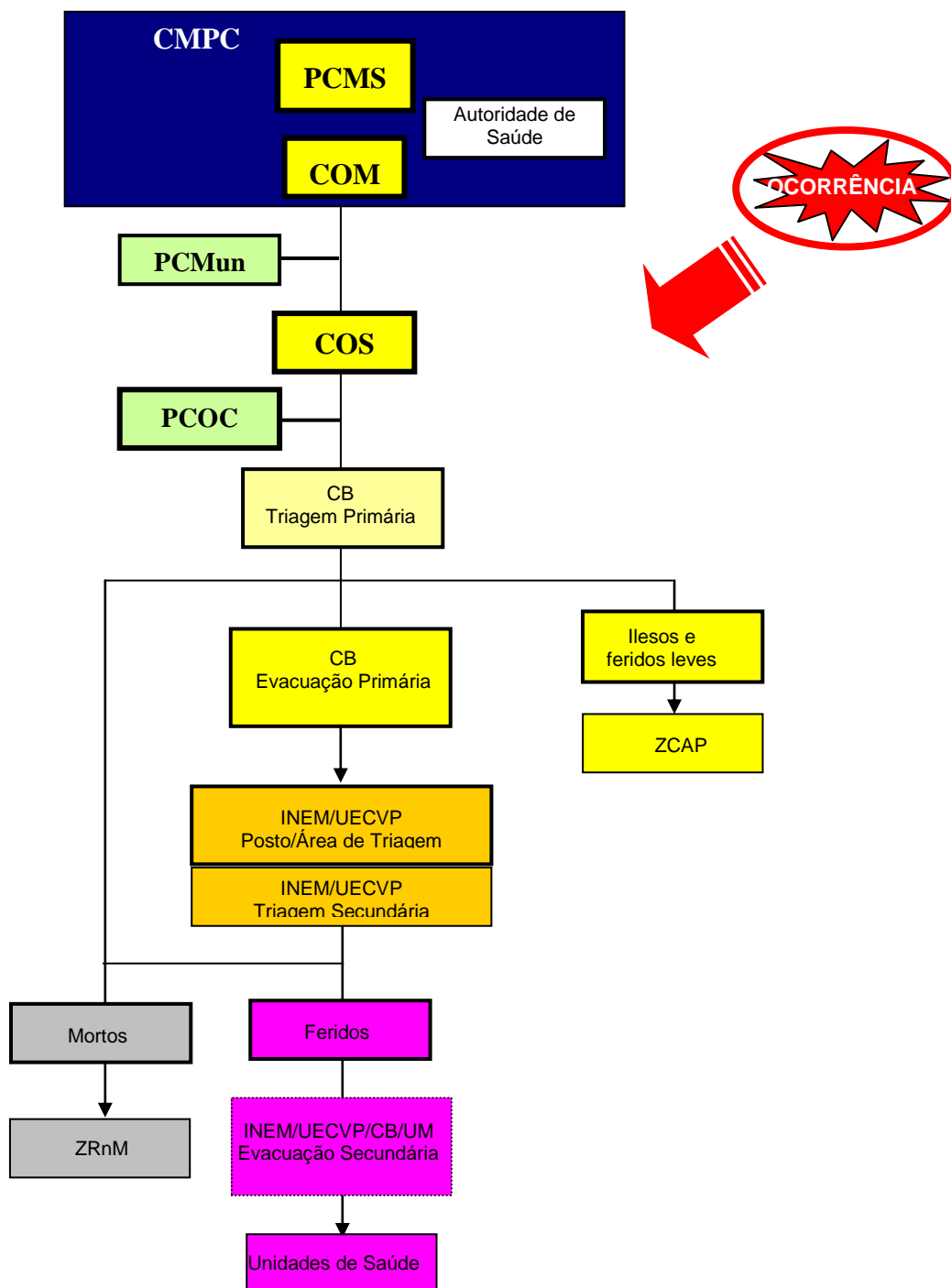


Fig.18 - Serviços médicos e transporte de vítimas

c. Responsabilidades

(1) CMPC/ Autoridade de Saúde

- Coordenar, em estreita coordenação com o INEM, as atividades de prestação de cuidados médicos de emergência, de acordo com a situação exposta pelo COM, assegurando uma única cadeia de comando para a área de intervenção médico-sanitário;
- Assegurar a montagem de postos de triagem e de evacuação primária e secundária, em estreita colaboração com o INEM;
- Assegurar a articulação com os Hospitais de Amadora Sintra e Cascais, se necessário, com outras unidades hospitalares e com os centros de saúde de Sintra, para garantir a máxima assistência médica possível;
- Em coordenação com o Diretor Executivo do ACES Sintra, diretores dos Hospitais de Amadora Sintra e Cascais, dirigir as ações de controlo ambiental, de doenças, estabelecer os locais de reunião de mortos e morgues provisórias e organizar o registo de feridos e mortos.

(2) CB

- Socorrer as vítimas com recurso às técnicas de SBV;
- Assegurar a triagem e evacuação primária das vítimas;
- Efetuar o transporte de doentes e feridos para as unidades hospitalares e centros de saúde.

(3) INEM

- Em coordenação com o COS, apoiar os CB e gerir os postos de triagem, de evacuação primária e secundária;
- Colaborar nas ações de triagem e evacuação primária e secundária.
- Se existirem constrangimentos, nomeadamente na triagem, assistência pré-hospitalar e evacuação secundária, a CMPC solicita reforços ao CDOS.

(4) UECVP

- Em coordenação com o COS, apoiar, através dos meios próprios enviados para o local, os CB nas ações de triagem e evacuação primária, assim como nas ações de triagem e evacuação secundária;
- Colaborar no transporte de evacuados.

(5) Unidades militares

- Colaborar na prestação de cuidados de saúde de emergência, na medida das suas disponibilidades;
- Apoiar o COS, através dos meios próprios enviados para o local, no transporte de ilesos e feridos ligeiros para a ZCAP.

(6) Forças de Segurança

- Controlar o acesso aos postos de triagem primária, secundária e ZCAP;
- Manter abertos corredores de circulação destinados à evacuação primária e secundária.

A localização dos postos médicos avançados é a que a seguir se apresenta:

POSTOS MÉDICOS AVANÇADOS		
Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados	N.º 1	IC19 - Venteira 2720 – 276 Amadora Tel.: 21 434 8200 Fax: 21434 5566
Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados	N.º 2	Av Brigadeiro Victor Novais Gonçalves, Alcabideche, Tel 214 653 000
Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados	N.º 3	Estrada de Mem Martins, 247; 2725-391 Mem Martins Tel: 21 922 2130; Fax: 21 920 0034
Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados	N.º 4	Av. Infante D. Henrique, 39/41; 2635-367 Rio de Mouro, Telefone 21917 8110; Fax: 21 917 6715
Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados	N.º 5	Rua Afonso de Albuquerque, 14; 2735-045 Aqualva Cacém ,Tel: 21 913 3170; Fax: 21 914 7252
Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados	N.º 6	Avª da Liberdade, lote 36 e 37 Monte Abraão; 2745-298 Queluz, Tel 21 430 9200; Fax: 21 439 4259
Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados	N.º 7	Rua das Eiras, n.º 34; 2725 – 297 Mem Martins, Tel.: 21 434 5535 Fax: 21 434 5533
Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados	N.º 8	R. Dr. Alfredo da Costa, n.º 70, Sintra, Tel 21 923 1249
Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados	N.º 9	Av. Infante D. Henrique, 39/41, Rio de Mouro, Tel 21 917 8110
Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados	N.º 10	R. Afonso de Albuquerque, 14, Aqualva Cacém, Tel 21 913 2170

Quadro 8 - Postos médicos avançados

8. Socorro e Salvamento

Entidade Coordenadora: COS

Entidades Intervenientes	Entidades de Apoio Eventual
CB INEM UECVP	Forças de Segurança Unidades Militares

Cabe aos CB do 1º alarme do PPI a intervenção inicial na ICM-TRANS. O COS avalia a situação, o tipo de ocorrência, o local e a extensão, o número potencial de vítimas e se necessário solicita ao CDOS os meios do 2º e 3º alarmes do PPI. As informações recolhidas devem ser transmitidas ao COM e este, por sua vez, à CMPC.

a. Prioridades de ação

- Avaliar a área afetada e desencadear as ações de socorro e salvamento;
- Coordenar as ações de socorro e salvamento a fim de minimizar perdas de vidas;
- Gerir as operações de socorro, triagem e evacuação primária;
- Assegurar a assistência a feridos e evacuação secundária;
- Colaborar na determinação de danos e perdas.

b. Organização

A organização está expressa no organograma que seguidamente se apresenta:

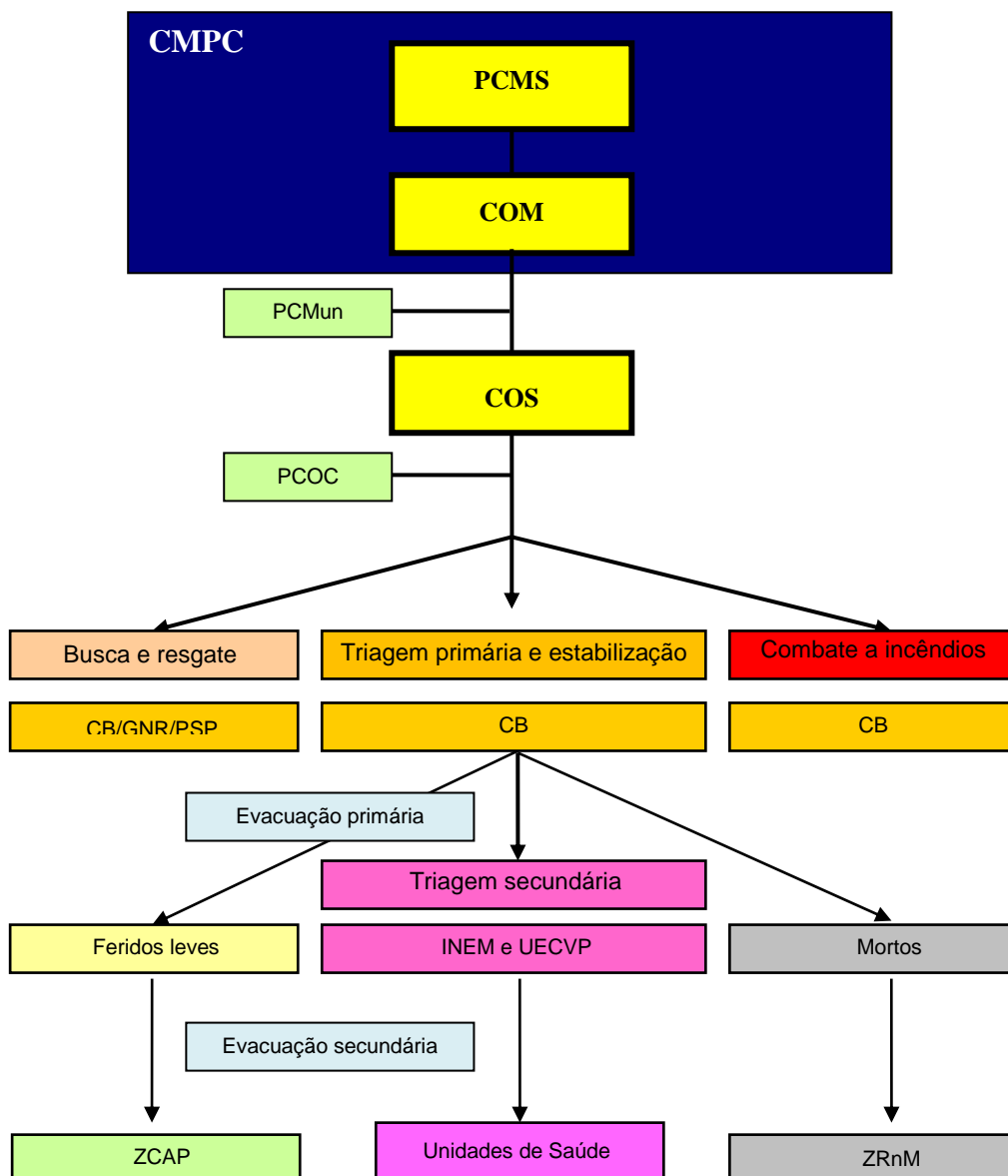


Fig. 19 - Socorro e salvamento

c. Responsabilidades

(1) CB

- Garantir a primeira intervenção, imediatamente após a receção do alerta;
- Extrair as populações das áreas perigosas e executar as ações de socorro e salvamento;
- Efetuar a triagem primária, estabilização e evacuação primária;
- Combater os incêndios.

(2) PCMun

- Manter a CMPC atualizada, em permanência, através do COM;
- Acompanhar e avaliar a situação;
- Processar a informação recebida da ERAS;
- Assegurar os procedimentos de alerta da responsabilidade da CMPC;
- Executar e coordenar as ações determinadas pela CMPC.

(3) Forças de Segurança

- Garantir a segurança, controlo de vias acessos à ZS, a escolta e segurança dos meios de intervenção, nomeadamente dos CB;
- Mobilizar os meios próprios para apoiar as ações de socorro e salvamento;
- Participar nas operações de busca com equipas cinotécnicas;
- Apoiar os CB nas ações de busca, resgate e evacuação primária;
- Garantir a segurança do SGO e de pessoas e bens na ZS.

(4) INEM e UECVP

- Instalar e operar os postos de triagem secundária;
- Efetuar a evacuação secundária.

(5) Unidades militares

- Apoiar os pedidos da CMPC nas ações de socorro e salvamento;
- Apoiar os CB nas ações de busca, resgate e evacuação primária.

d. Instruções de coordenação

(1) Primeira intervenção

O chefe da primeira equipa de intervenção dos CB assume a função de COS e, de imediato, tem em conta os seguintes procedimentos:

- Avalia rapidamente a situação e identifica:
 - O tipo de ocorrência (o quê?);

- O NOE (I, II, III) e a necessidade de meios de reforço;
 - O local e a extensão (onde? que proporções?);
 - O número potencial de vítimas (quantas?).
 - Informa, de imediato, o COM da situação e caracteriza o NOE;
 - Inicia o processo de organização do TO.
- (2) Passagem à condição de ocorrência dominada
- Quando a emergência estabilizar ou regredir, passa à condição de dominada. O COS informa o COM, e este a CMPC;
 - Nesta condição, os CB, devem controlar todo o perímetro da ocorrência, com o apoio das forças de segurança, manter na área o pessoal estritamente necessário à execução das atividades a desenvolver.
- (3) Termo da fase de emergência
- A CMPC, após ouvir o COM, determina a passagem à fase de reabilitação, quando estiverem concluídas todas as tarefas relativas à supressão da ocorrência, no que respeita ao socorro e salvamento;
 - Terminada a fase de emergência, o COM dá instruções ao COS para desmobilizar os meios não necessários à fase subsequente;
 - Todas as restantes forças limitam os meios de intervenção às necessidades da fase de reabilitação;
 - A CMPC decide do regresso das populações deslocadas às suas habitações e locais de trabalho nas áreas consideradas seguras.
- (4) Evacuação secundária e tratamento de cadáveres
- No que concerne à evacuação secundária dos feridos leves e feridos graves, aplicam-se os procedimentos previstos para a Área de Intervenção de Serviços Médicos e Transporte de Vítimas;
 - Quanto ao tratamento dos cadáveres, aplicam-se os procedimentos previstos para a Área de Intervenção de Serviços Mortuários.

9. Serviços Mortuários

Entidade Coordenadora: Ministério Público (coadjuvado técnica e operacionalmente pelo Instituto Nacional de Medicina Legal)

Entidades Intervinentes	Entidades de Apoio Eventual
Ministério Público (MP) INML-CF Autoridade de Saúde Concelhia Forças de Segurança Polícia Judiciária (PJ)	Unidades militares CB

Na eventualidade da ocorrência originar mortos, a recolha e o depósito dos cadáveres são tarefas muito sensíveis que devem ser executadas de acordo com as normas vigentes.

a. Prioridades de ação

- Criar Equipas Responsáveis por Avaliação de Vítimas (ERAV);
- Assegurar o correto tratamento dos cadáveres em conformidade com os Procedimentos Operacionais previstos;
- Constituir a Zona de Reunião de Mortos e os Necrotérios Provisórios;
- Proceder à recolha de informações que possibilite proceder, com a máxima rapidez e eficácia, à identificação dos cadáveres, nomeadamente no que respeita à: colheita de dados Post-mortem (PM), colheita de dados Ante-mortem (AM) e cruzamento de dados PM/AM;
- Assegurar a presença das Forças de Segurança nos locais onde decorrem operações de mortuária para garantir a manutenção de perímetros de segurança;
- Garantir a integridade das zonas onde foram referenciados e recolhidos os cadáveres com vista a preservar provas, assegurar a análise e recolha das mesmas;
- Providenciar os meios para efetuar o transporte de cadáveres;
- Garantir uma correta tramitação processual de entrega dos corpos identificados.

b. Organização

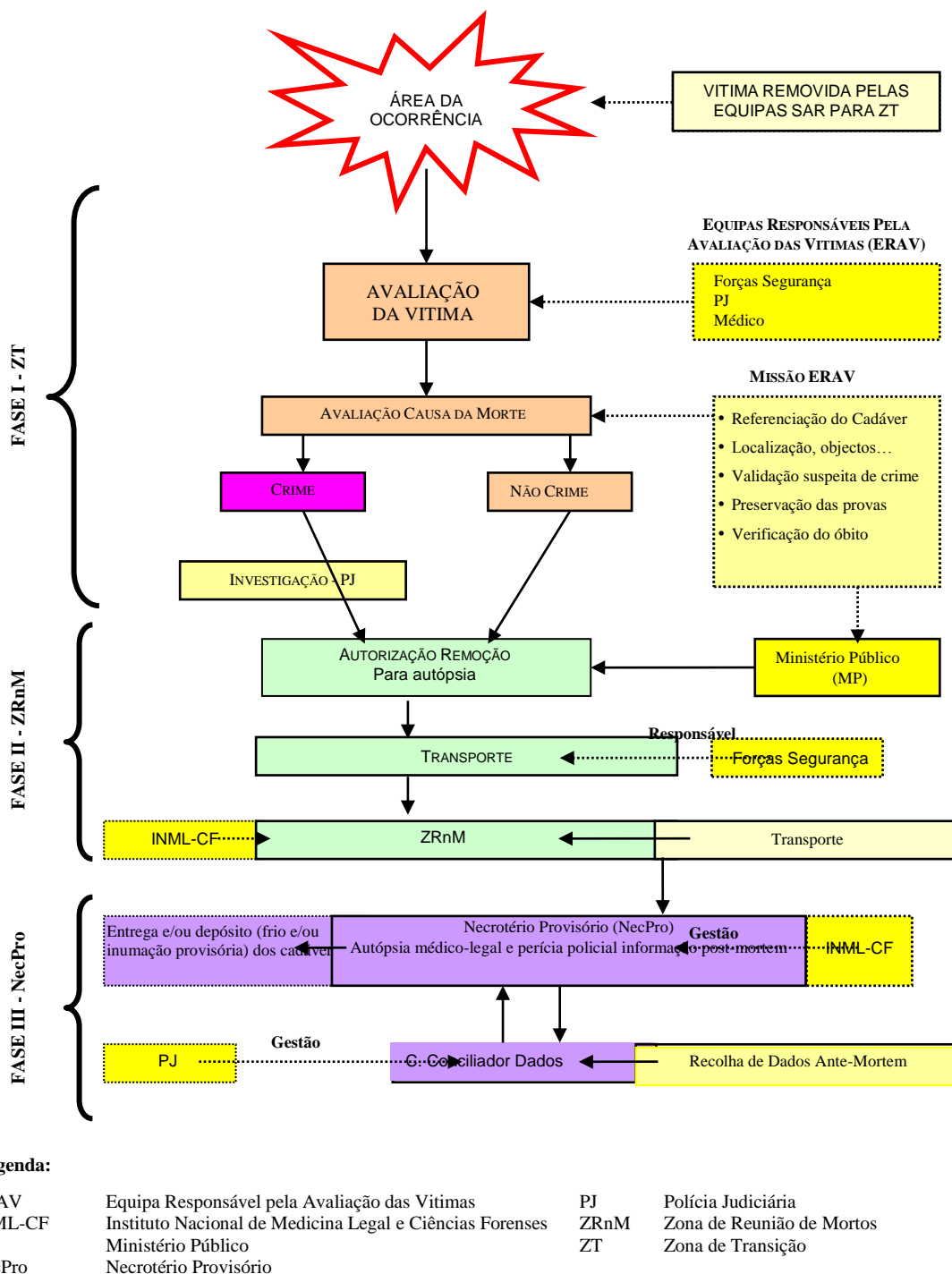


Fig. 20 - Serviços mortuários

c. Responsabilidades e procedimentos

- O chefe da ERAV é o representante das forças de segurança. O médico que integra a ERAV é enviado pela Autoridade de Saúde;

- Localizado um corpo sem sinais de vida, o médico da ERAV verifica o óbito e procede à respetiva etiquetagem em colaboração com o elemento da PJ;
- Caso sejam detetados indícios de crime, o chefe da ERAV pode solicitar exame por perito médico-legal, antes da remoção do cadáver para a ZRnM;
- A autorização de remoção de cadáveres ou partes de cadáveres, do local onde foram inspecionados até à ZRnM, haja ou não haja suspeita de crime, cabe ao MP e é solicitada pelo chefe da ERAV;
- A autorização do MP para remoção é transmitida mediante a identificação do elemento policial que chefia a ERAV, dia, hora e local da remoção, conferência do número total de cadáveres ou partes de cadáveres cuja remoção se solicita, com menção do número identificador daqueles em relação aos quais haja suspeita de crime;
- A autorização anterior é solicitada ao magistrado do MP designado ou integrado na estrutura municipal, ou, em caso de impossibilidade, noutra estrutura onde esteja presente;
- Compete às forças de segurança da jurisdição promover a remoção dos cadáveres ou partes de cadáveres devidamente etiquetados e acondicionados em sacos apropriados (“body-bags”), também devidamente etiquetados, podendo para o efeito requisitar a colaboração de quaisquer entidades públicas ou privadas. Os CB, mediante as suas disponibilidades, colaboram nas operações de remoção dos cadáveres para as ZRnM e/ou destas para os NecPro;
- O MP autoriza a remoção dos cadáveres ou partes de cadáveres do local onde foram etiquetados para as ZRnM e destas para os NecPro, para realização, nestes, de autópsia médico-legal e demais procedimentos tendentes à identificação, estabelecimento de causa de morte e subsequente destino do corpo ou partes ou fragmentos anatómicos;
- Compete à CMS providenciar equipamento para os NecPro de acordo com indicações do INML-CF, designadamente o fornecimento de iluminação, macas com rodas, mesas de trabalho, sacos de transporte de cadáveres, pontos de água e energia;

- A identificação de cadáveres resulta exclusivamente de técnicas médico-legais e policiais, registadas em formulários próprios;
- Deve ser assegurada a presença de representantes do Instituto de Registos e Notariado nos NecPro para proceder ao assento de óbitos e garantir toda a tramitação processual e documental associada;
- Aquando da ativação do PEET, e tendo como missão a recolha de dados ante-mortem, promove-se a ativação de um ou mais Centros de Recolha de Informação, conforme decisão do MP e sob responsabilidade da PJ e do INML-CF;
- Os cadáveres que se encontrem na área do acidente são levados para ZRnM desenrolando-se, a partir daí, os procedimentos previstos no fluxograma (fig. 19);
- Para os cadáveres que se encontrem nos hospitais e unidades de saúde adotam-se os procedimentos habituais de validação de suspeita de crime, identificação de cadáver e de confirmação do óbito. Estes estabelecimentos constituem-se automaticamente como ZRnM pelo que, após as formalidades legais internas e autorização do MP, são transportados para o NecPro;
- Compete às entidades gestoras da ZRnM e dos NecPro fornecer ao MP a informação sobre vítimas falecidas, que a transmitirá à CMPC, incluindo dados do número de mortes verificadas, de mortos identificados ou por identificar, estruturas organizativas instaladas para a intervenção nesses domínios;
- A transmissão e divulgação desta informação é processada com respeito pelo segredo de justiça, pelo segredo médico, pelo dever de reserva profissional e pelo princípio da necessidade de conhecer;
- Os cadáveres e partes de cadáver que não forem entregues a pessoas com legitimidade para os requerer, podem ser conservados em frio ou inumados provisoriamente, se necessário em sepultura comum, assegurando-se a identificação dos mesmos, até à posterior inumação ou cremação individual definitiva;
- As necessidades de transporte de pessoas e equipamento serão supridas pela CMS, de acordo com os meios disponíveis;

- O apoio psicológico aos familiares das vítimas será diligenciado pela Autoridade de Saúde Concelhia.

Zona de Reunião de Mortos
<ul style="list-style-type: none">• FRICARNES, SA, EN 249, Km 14, 2725-395 Mem Martins, Tel 219179400, FAX 219161994;• CAMPOFRIO Portugal SA, EN 249, Km 14, 2725-397 Mem Martins, Tel 219 161 993, fricarnes.cr@mail.telepac• MANUEL GONZALEZ MARTINEZ & FILHOS, LDA, Rua das Charnecas – Carne Assada – Terrugem, 2705-837 Terrugem;• PORTRAL – Comércio e Industria de Carne, Lda, Empreendimento Urbiportal, Edifício 8 – Zona Industrial da Abrunheira, 2710 – 089 Sintra• CAPAGEL – Comércio de Alimentos Congelados, Lda, Quinta do Alemão Capa Rota, Manique de Cima, 2710-404, Sintra• NUTRITALHOS, Comércio de Carnes, Lda, Centro Empresarial Sintra – Estoril VII, Rua da Tapada Nova, 9 Edifício C7 Estrada da Capa Rota – Linhó, 2710 – 297 SINTRA• FRIOSÂOMARCOS – Frio Industrial Lda, Estrada Octávio Pato, 2735-531 S. Marcos, Agualva-Cacém; Tel 210454010, friosaomarcos@sapo.pt;• FRIOSÂOMARCOS – Entrepasto Frigorífico, Estrada de Talaíde, 2735-000 Cacém;• Fri-Sintra, Lda, Rua Professor Dr. Joaquim Fontes 161, Ribeira de Sintra, 2710-654, Sintra, tel 219 244 064.• EUROMAR, Centro Empresarial Quinta do Lavi, Armazém Nº4 – Abrunheira, 2710-089 Sintra; Logística e Armazém II, Estrada Terras da Lagoa, Parque Empresarial Solbar, Armazém 4 – Albarraque 2635-022 Rio de Mouro., Tel.: 21-9156440 Fax: 21-9156449 Email: euromar@euromar; <p>FRIOALMADA - Sociedade Comercial de Gelados SA, Avenida 25 Abril Pavilhão 1/2, Vila Verde 2705-902 Terrugem.</p>
Necrotério Provisório
<ul style="list-style-type: none">• Cemitério Alto do Chão Frio, Sta Maria e S. Miguel, tel 21 923 84 19/ 87 80, Chefe de Secção Sónia Antoniotti . Chefe de Divisão Dra Ana Melo;• Cemitério de São Marçal.

Quadro 9 - Zonas de reunião de mortos e necrotério provisório